



SOLIDARIEDADE

ELEUTÉRIO ALVES, VICE-PRESIDENTE DA CNIS

Festa da Solidariedade está a caminho de Beja



INCÊNDIOS DE AGOSTO

Instituições foram portos de abrigo



CNIS DISPONÍVEL PARA COLABORAR NO PRÉ-ESCOLAR

Governo desperdiça vagas do Sector Solidário



GUARDA
GuardAfetos
é um projeto-piloto
para revolucionar
a resposta
SAD



OURÉM
Ao fim de 50 anos,
ACRA cumpre
o sonho de ter
um equipamento
de raiz





Aprovado por
dermatologistas



A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores



NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Educação Pré-Escolar

Em 1998, o Governo, representado pelos Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, a, à data, União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, atual CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, no desenvolvimento da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, das regras constantes do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, bem como dos princípios consignados no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, acordaram o processo de envolvimento dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar das IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, através da celebração de um protocolo de cooperação, assinado a 7 de maio de 1998.

De acordo com a Direção Geral da Educação, a EPE – Educação Pré-Escolar é uma resposta socioeducativa integrada numa RNEPE – Rede Nacional da Educação Pré-Escolar. *“A rede nacional da educação pré-escolar é constituída pela rede pública e pela rede privada. À rede pública pertencem os estabelecimentos de educação pré-escolar do ME – Ministério da Educação e do MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Da rede privada fazem parte os estabelecimentos com e sem fins lucrativos – instituições do ensino particular e cooperativo, no primeiro caso e, no segundo, as instituições particulares de solidariedade social”* (adiante referidas enquanto rede solidária). Dada a necessidade de distinção entre os estabelecimentos com e sem fins lucrativos entende-se que os mesmos constituem as Redes Privada e Solidária que integram a RNEPE. Integradas formalmente na Rede Nacional há 27 anos, as IPSS são fundamentais no desenvolvimento desta resposta.

De acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, no ano letivo 2023-2024 existiam 2793 estabelecimentos de EPE, dos quais 1240 (44%) pertenciam à Rede Solidária e 982 (35%) à Rede Pública. No mesmo ano letivo, frequentaram um total de 269 616 crianças, das quais 74 496 (28%) na Rede Solidária e 147 136 (55%) na Rede Pública. Dos estabelecimentos da Rede Solidária, cerca de 1 000 (81%) eram de associadas da CNIS com uma capacidade instalada para cerca de 68 000 crianças.

No início do mês de agosto de 2025, após a publicação do aviso de abertura de candidaturas para a atribuição de apoio financeiro para aumento da oferta de resposta da EPE ao abrigo da Portaria n.º 185-B/2025/1, de 14 de abril, que abrangia exclusivamente a criação de novas salas pelas Instituições localizadas nas freguesias identificadas no referido aviso, a CNIS relembrou o MECI – Ministério da Educação, Ciência e Inovação e o MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social das preocupações manifestadas por esta Confederação ao longo dos últimos anos sobre a necessidade de fazer um trabalho conjunto e articulado no que respeita ao planeamento da adequação da RNEPE, sobretudo após a implementação da medida da Gratuitidade das Creches, considerando a capacidade instalada já existente com e sem cooperação.

Acompanhando as preocupações do Governo de garantir a existência de vagas na EPE para as crianças com idade de frequência desta resposta socioeducativa, nomeadamente assegurando uma continuidade de resposta após a saída Creche, a CNIS alertou, atempadamente, para a importância de travar o desinvestimento nesta resposta, que levou ao encerramento de muitas salas pelo país. Com o objetivo de contribuir, ativamente, para a construção de

soluções, esta Confederação manifestou por diversas vezes, junto das entidades públicas responsáveis, a necessidade de ser realizado um trabalho prévio, conjunto e de articulação com o Setor Social e Solidário tendo em vista o planeamento e expansão da RNEPE.

Desde o início da implementação da medida da Gratuitidade das Creches, resultou claro para esta Confederação que a curto prazo a RNEPE seria confrontada com uma enorme pressão, e para a qual não teria resposta. O aumento da procura de Creche ia traduzir-se num aumento da procura da EPE (seja da Rede Pública, Solidária ou Privada), em particular a partir de setembro de 2024 com a aplicação da Gratuitidade das Creches a todas as crianças. A pressão sobre a RNEPE e a necessidade do seu alargamento não se ficarão por 2024 e 2025 tendo em conta o alargamento da Rede de Creches que se encontra em curso, nomeadamente no âmbito dos incentivos criados à construção, remodelação e ampliação de equipamentos, que contribuirá para uma ainda maior frequência desta resposta e, consequentemente de EPE.

O planeamento e expansão da RNEPE, a necessidade de verificação da existência de capacidade instalada na Rede Solidária ou da possibilidade de alargamento antes da criação de novas salas na Rede Pública, bem como a necessidade de celebração/alargamento de acordos de cooperação a capacidade já existente são matérias sucessivamente inscritas nos Compromissos de Cooperação para o Setor Social e Solidário e expostas nos diferentes fóruns de participação da CNIS junto dos diferentes Governos, sempre sem sucesso.

Após a publicação da Portaria n.º 185-B/2025/1, de 14 de abril, e para a qual a CNIS não foi previamente auscultada, esta Confederação identificou de imediato ao MECI, ao MTSSS, à SEASI - Secretaria de Estado da Ação Social e Inclusão e ao ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, que a mesma não responderia às necessidades das famílias nem aos objetivos elencados pelo Governo. Esta matéria foi igualmente discutida e reportada na última reunião da CPSSS – Comissão Permanente do Setor Social e Solidário realizada no passado dia 16 de julho.

A CNIS fez saber, em vários momentos às entidades públicas responsáveis, que a Rede Solidária tem, como estes devem saber, capacidade instalada quer por via de vagas em salas cujo acordo de cooperação não abrange a totalidade do número de vagas/crianças por sala, quer em salas não abrangidas por acordo de cooperação que, não tendo comparticipação do Estado não são ocupadas porque as Famílias não têm capacidade para ocupar/pagar essa vaga ou porque as Instituições encerraram essas salas devido aos elevados prejuízos, que comprometiam a sua sustentabilidade e sobrevivência. Acrescem ainda as situações de Instituições com salas de EPE em funcionamento sem acordo de cooperação que acumulam défices financeiros. A Rede Solidária foi convidada a candidatar-se, em agosto, à abertura de novas salas, mas não é parceira para aumentar o n.º de vagas nos acordos de cooperação, como esperam há anos, várias Instituições, às quais não tem sido permitido alargar ou celebrar acordos de cooperação de EPE.

As limitações identificadas pela CNIS aos termos da referida Portaria confirmaram-se e agravaram-se ao limitar a candidatura a Instituições localizadas nas freguesias aí identificadas, não considerando freguesias limítrofes. A CNIS tem conhecimento de Instituições localizadas nas freguesias constantes do aviso que não apresentaram candidatura e da existência de Instituições em freguesias limítrofes com capacidade, procura e vontade de abrir novas salas

de EPE e que foram impossibilitadas de se candidatar e, desta forma, responder às necessidades das Famílias e aos objetivos do Governo.

A CNIS demonstrou ainda o seu descontentamento e lamento na preferência dada à Rede Privada da EPE que teve uma manifestação de interesse e candidatura, com prazo prorrogado, prévia à da Rede Solidária, e que permitiu não só a criação de novas salas, mas também a abrangência de lugares em salas existentes. Regista-se ainda que a abertura de candidaturas para a Rede Solidária ocorreu após a publicação das listagens das candidaturas aprovadas para a Rede Privada, com prazo curto, em pleno período de férias e para implementação a partir do ano letivo que agora inicia, o que não dignifica a importância que este assunto merece nem reconhece o papel e a representatividade do Setor Social e Solidário no desenvolvimento da EPE.

De acordo com as declarações do Ministro da Educação, Ciência e Inovação há necessidade de criar 12 475 vagas distribuídas por 65 concelhos e os Setores Privado e Social não deram *“uma resposta à altura”* do que o executivo esperava, criando apenas *“duas mil e tal vagas”* (das quais 1 213 são na rede privada), estabelecendo agora conversações com 30 municípios para a criação de 6 a 7 mil vagas em salas a adequar ou criar, que poderão funcionar em instalações temporárias como monoblocos, e a entrar em funcionamento no atual e/ou próximo ano letivo.

Serão, portanto, centenas (senão milhares de acordo com os números do MECI) as crianças sem lugar em EPE no atual ano letivo, questionando a CNIS onde ficarão, em que condições e o que farão as Famílias, que estarão certamente a viver momentos de angústia, incerteza e preocupação. Recorde-se que com a publicação da Lei n.º 22/2025, de 4 de março, em 2025 o Estado alargou a universalidade da EPE para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 3 anos de idade...

Segundo as informações veiculadas pelo MECI a necessidade de vagas a criar resulta do cruzamento entre as inscrições no portal das matrículas e a previsão das turmas constituídas na Rede Pública e nas IPSS, parecendo ignorar a eventual duplicação de matrícula no portal e inscrição direta numa ou mais IPSS. Este facto é uma realidade que se repete no início de cada ano letivo – em EPE e em Creche – fruto da necessidade das Famílias em *“assegurar”* vaga, originando vagas que resultam de desistências por matrículas/inscrições em duplicado, ocorrendo inclusivamente em freguesias de concelhos identificados pelo Governo com maiores carências de vagas. A falta de articulação e diálogo originam ineficiências de planeamento...

A ausência de *“resposta à altura”* do Setor Social e Solidário à expectativa do Governo era previsível, foi atempadamente alertada e poderia ter sido evitada e revertida. O Setor Social e Solidário tem capacidade instalada disponível para responder a muitas das necessidades identificadas se o Governo entender alargar e/ou estabelecer acordos de cooperação para essas vagas/salas.

A CNIS sempre manifestou a sua disponibilidade para o Setor Social e Solidário ser um parceiro no encontro de soluções para a resposta às necessidades da educação de infância, onde se inclui a Creche e a Educação Pré-Escolar, no sentido de ser assegurado um adequado planeamento do alargamento da capacidade instalada nestas respostas sociais. É e será sempre este o espírito que norteia a nossa relação enquanto parceiro do Estado.



FALTAM MILHARES DE VAGAS NO PRÉ-ESCOLAR

Governo ignora disponibilidade e capacidade da Rede Solidária

Para alargar a oferta de vagas no pré-escolar nos próximos anos letivos o Conselho de Ministros de 5 de setembro aprovou uma despesa de 42,5 milhões de euros para a celebração de acordos com municípios e privados. A resolução, segundo o comunicado do Governo, autoriza a “realização de despesa relativa à celebração de acordos de colaboração com municípios, para alargamento da oferta de vagas de educação pré-escolar, para os anos letivos de 2025/2026 a 2027/2028”. De acordo com o Conselho de Ministros, a verba, que pode ir até 42,5 milhões de euros, abrange também os contratos de associação com estabelecimentos particulares, cooperativos e solidários.

Mais uma vez, a CNIS e as suas associadas foram ignoradas pelo Ministério da Educação nas disponibilidades existentes e nas capacidades do Setor Social Solidário para, no âmbito da Rede Nacional da Educação Pré-Escolar, colaborar com o Estado na resolução das carências de novas vagas. Nesta edição o editorial do presidente da CNIS, padre Lino Maia, faz um resumo do que tem sido a política de cooperação do Estado com o Setor Social Solidário que merece ser lido e consultado com atenção.

Nesta altura do ano, há cerca de 12 mil crianças entre os três e os cinco anos sem vaga no pré-escolar público. Há muitos pais que

beneficiaram do programa Creche Feliz - que como se sabe, é gratuito - que agora estão na iminência de terem de pagar uma mensalidade no pré-escolar do ensino privado ou então obrigados a deixar os filhos em casa, por não terem meios para financiar a frequência do pré-escolar.

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação admite que há autarquias com mais de 1500 alunos que estão inscritos no portal de matrículas que não têm colocação. O governo pretende resolver o problema da carência de vagas contratualizando mais de seis a sete mil novas vagas que poderão funcionar nos cerca de 30 municípios com este problema em salas já existentes ou em monoblocos temporários.

No verão, o Governo já tinha lançado um concurso com 12.475 vagas, distribuídas por 65 concelhos, para a celebração de contratos de associação. Os colégios privados candidataram-se, no entanto, a pouco mais de 1.200 vagas, que representam menos de 10% das necessidades identificadas pelo executivo tendo em conta o cruzamento entre as inscrições no Portal das Matrículas e a previsão das turmas que vão ser constituídas na rede pública e nas Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O valor da comparticipação financeira é atribuído por criança, correspondendo a 208,05 euros, ou 15 mil euros de comparticipação financeira

relativa ao incentivo de abertura de novas salas. Em abril, o executivo já tinha assinado duas novas portarias para permitir que, no próximo ano letivo, comecem a abrir vagas no pré-escolar para acolher mais cinco mil crianças a partir dos 3 anos, dando prioridade às famílias mais carenciadas.

Segundo a CNIS, há uma indiferença do Governo em relação à Rede Solidária porque não a considera “parceira para aumentar o n.º de vagas nos acordos de cooperação, como esperam há anos, várias Instituições, às quais não tem sido permitido alargar ou celebrar acordos de cooperação de EPE”, conforme se pode ler no editorial do padre Lino Maia nesta edição.

Apesar disso, o presidente da CNIS reitera, no mesmo editorial, a intenção de cumprimento da parceria com o Estado: “O Setor Social e Solidário tem capacidade instalada disponível para responder a muitas das necessidades identificadas se o Governo entender alargar e/ou estabelecer acordos de cooperação para essas vagas/salas. A CNIS sempre manifestou a sua disponibilidade para o Setor Social e Solidário ser um parceiro no encontro de soluções para a resposta às necessidades da educação de infância, onde se inclui a Creche e a Educação Pré-Escolar, no sentido de ser assegurado um adequado planeamento do alargamento da capacidade instalada nestas respostas sociais.”

BALANÇO DO GOVERNO

Programa Creche Feliz já apoiou 213.185 crianças

As crianças abrangidas no último ano letivo representam um acréscimo face às 98.793 beneficiárias no ano letivo de 2023-2024. Em junho havia 126.105 crianças com vaga gratuita ao abrigo do programa Creche Feliz, segundo dados do Governo, que não esclarece quantas crianças se encontram em lista de espera para este programa.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social enviados à Lusa, dessas 126.105 crianças apenas 32 estão abrangidas pelo 1.º e 2.º escalões de rendimento, ou seja, beneficiariam de uma vaga

gratuita independentemente da existência ou não deste programa.

Ainda segundo os dados oficiais, as 126.105 crianças abrangidas no último ano letivo representam um acréscimo face às 98.793 beneficiárias no ano letivo de 2023-2024. Segundo o MTSSS, desde o início do programa Creche Feliz já foram apoiadas 213.185 crianças.

O MTSSS refere que as famílias podem consultar a oferta existente no Creche Feliz através de uma aplicação, através da qual foram registados, segundo a tutela, 8.990 pedidos de apoio pelas famílias para o ano letivo de 2024-2025.

Segundo o ministério, a rede de creches no programa oferece atualmente 132.109 lugares, acrescentando que “a atualização das taxas de cobertura e o lançamento da plataforma digital em desenvolvimento possibilitará um planeamento e aumento do número de vagas com base num diagnóstico mais rigoroso das necessidades dos territórios”.

A rede do programa Creche Feliz integra atualmente 1.944 creches e creches familiares da rede social, 565 creches do setor privado e 20 da rede pública. O Estado paga 519,90 euros por criança, por mês, às instituições abrangidas pelo Creche Feliz.

Comunicado do presidente da CNIS, padre Lino Maia

A CNIS e o seu presidente, padre Lino Maia, lamentam profundamente o acidente ocorrido no dia 3 de setembro de 2025 no elevador da Glória, em Lisboa, e expressam a consternação e luto perante o elevado número de vítimas mortais e feridos no grave acidente. A CNIS e o seu presidente exprimem verdadeira solidariedade às famílias das vítimas nesta hora de dor imensa.

Lino Maia expressa o seu sincero pesar e solidariedade aos familiares que estão a sofrer e a lidar com a perda por causa desta tragédia, fazendo votos de que rapidamente se encontrem respostas, por parte das entidades competentes, para o seu completo esclarecimento.

BEJA, 24 DE OUTUBRO DE 2025

A Festa da Solidariedade no coração do Alentejo

Desde a primeira, em 29 de Setembro de 2007, na Quinta da Bela Vista em Lisboa, Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, é o rosto da Festa da Solidariedade. A próxima vai acontecer em Beja, em Outubro, e serão 18 as edições da iniciativa. Ficam a faltar apenas duas, Leiria e Aveiro, para completar a volta a Portugal da Solidariedade.

SOLIDARIEDADE - A Festa da Solidariedade chega a Beja em 24 de Outubro. É a XVIII edição desta iniciativa da CNIS. Há mudanças ou mantém-se a tradição?

ELEUTÉRIO ALVES - O que está bem deve manter-se e os objetivos da Festa e da Chama da Solidariedade são os mesmos de há 19 anos quando a primeira iniciativa teve lugar em Lisboa: promover os interesses do Sector Solidário, chamar a atenção das comunidades para o que de bom se faz nas IPSS, criar oportunidades de encontro e troca de experiências entre as IPSS do país.

No ano passado a Festa aconteceu na sexta-feira e agora mantém-se esse dia da semana. Há razões para isso?

Nestes quase 20 anos a Festa foi-se adaptando às circunstâncias conjunturais de cada edição e enquanto promotores começámos a sentir alguma dificuldade na participação de muitas instituições ao sábado, daí que optámos, com o acordo das Uniões Distritais anfitriãs por realizar esta iniciativa a um dia útil em que todos os equipamentos sociais estão em atividade e o resultado foi positivo. Com a Chama procuramos ir de encontro às populações com o mesmo objetivo de afirmar o papel extraordinário das IPSS na vida comunitária local.

Qual será a estrutura da Festa de Beja?

Este ano a iniciativa vai decorrer entre os dias 20 e 23 de Outubro com um percurso da Chama da Solidariedade através dos diferentes concelhos do distrito de Beja e a Festa no dia 24 de Outubro na cidade de Beja. Estamos a preparar para o dia 23 de Outubro um seminário temático em Beja, ou noutro concelho do distrito, para que para além da componente de animação da Festa possa existir um tempo de reflexão institucional e partilha com a comunidade, sobre um tema de interesse relevante para o distrito e para o sector solidário.

Espera muita participação de IPSS?

A participação nos últimos anos, tem sido essencialmente regional embora continue a haver bastantes presenças nacionais, mas é sempre uma participação muito significativa que envolve dezenas de instituições com os seus utentes e trabalhadores e muita participação de outras entidades, escolas, associações, grupos de música, bombeiros, tudo o que a comunidade tem para oferecer e mostrar a quem a visita.

Neste longo caminho, atravessando todo

o Portugal, não sente haver um cansaço da iniciativa?

Enquanto promotora da Festa, a CNIS entende que ainda há espaço e motivação local e nacional para a iniciativa e, mais do que isso, que esta iniciativa continua a ser um dos principais instrumentos na promoção dos interesses e valores das IPSS e de todo o Sector Solidário. É um tempo em que se fala desta realidade, se conhecem e trocam iniciativas e experiências, é uma oportunidade para muitas pessoas institucionalizadas reverem amigos e familiares, recordar tempos de vida, reviver emoções.

Entendemos que todas as oportunidades que possam ser criadas para as IPSS sentirem o reconhecimento das comunidades onde se integram e mostrar a todos que podem confiar nelas os seus próprios interesses, nunca é um tempo nem uma oportunidade perdida e a forma como as Uniões se entregam a este evento quando é feito no seu território, dá-nos essa confiança para continuar porque entendemos que vale a pena.

Tem sido o rosto da CNIS para a Festa e Chama. Alguma vez pensou que ao cabo de 18 anos continuaria a organizar este evento?

O rosto e o grande mentor da iniciativa foi, desde o primeiro dia, o nosso Presidente P. Lino Maia, que acreditou no projeto, o acarinhou, promoveu, defendeu e apoiou e ainda hoje é o maior entusiasta, com uma presença habitual e estimulante nas ações diárias que integram o programa de cada Festa.

Mas em todas as iniciativas tem que haver alguém responsável pela organização e coordenação das mesmas e essa foi uma missão que com muita honra recebi em 2007 para organizar a Festa de Lisboa. Missão que orgulhosamente partilho com outros membros da CNIS que desde o início assumiram comigo e em nome da CNIS, a responsabilidade de a levar a cabo.

Nunca estive sozinho, tive sempre o apoio da direção e das Uniões em cujos distritos a Festa teve lugar, da Dr^a Goreti Teixeira, que desde 2007 integrou a equipa organizadora e sempre me acompanhou no terreno ao longo destes anos na preparação do evento, do Sr. Eduardo Mourinha, também muito entusiasta da Festa e sempre disponível para colaborar e ainda da D. Emília Fontes, que na retaguarda e desde o início, teve sempre um desempenho importante para que os procedimentos administrativos necessários, e por vezes complexos para a preparação destas iniciativas ao longo destes anos, fossem garantidos de forma segura e competente.

Dá mais trabalho agora ou as primeiras iniciativas foram mais difíceis?

As primeiras iniciativas foram mais difíceis porque o formato era diferente, havia percursos a pé ao longo do país. Recordo que a Chama da Solidariedade percorreu a pé o percurso

de Lisboa a Barcelos, mas o trabalho quando a causa é justa e o sucesso acontece, deixa de ter significado. Depois, a experiência acumulada vai-nos orientando para a melhoria dos procedimentos.

Ainda ficam a faltar Aveiro e Leiria. Gostava de terminar a volta a Portugal?

A volta só não termina dentro deste mandato da CNIS porque em 2020 devido à COVID a Festa e Chama da Solidariedade não se realizaram. A escolha dos distritos em cada edição, foi sempre por manifestação do interesse das Uniões Distritais em que se organizasse no seu distrito, nunca por decisão da direção da CNIS, pelo que terem ficado para o fim Aveiro e Leiria não dependeu da vontade ou determinação da CNIS. Este ano, no Conselho Geral de Novembro, aguardamos que destas duas Uniões surjam candidaturas manifestando o interesse nesta iniciativa.

Com quem conta para a organização da Chama e da Festa em Beja?

A Festa e Chama em Beja terá como organização a CNIS e a União de Beja e o apoio institucional de diversas entidades locais, regionais e nacionais. Realço com agrado o trabalho que tem sido desenvolvido localmente pela União de Beja, enquanto estrutura de proximidade que muito facilita a preparação do evento.

Neste ano de eleições há espaço para convites aos mais altos representantes do Estado?

O calendário político não conta para o nosso tempo. Os convites serão feitos, como sempre fizemos, a quem nessa data representar as instituições e entidades. A presença dos convidados na Festa é da vontade e do interesse de cada um. O histórico da Festa é de todas as edições terem tido representantes do governo e das autarquias, como sinal de reconhecimento pelo que o sector social faz na promoção da paz social no país, pelo que não vemos qualquer razão para este ano não ser assim.

Pensa que a Festa e a Chama continuam a contribuir para a notoriedade da CNIS?

A CNIS é a maior entidade representativa do Sector Solidário em Portugal, que não se move por razões de notoriedade própria, mas antes no sentido de conferir ao Sector Solidário condições de notoriedade e reconhecimento pela ação que as IPSS desenvolvem junto das comunidades. Seja através da Festa, de muitas outras iniciativas que ao longo do tempo vai regularmente desenvolvendo, de participação em trabalhos que visem melhores políticas sociais para o país, a CNIS está sempre na primeira linha na defesa dos valores, dos princípios e das políticas que assegurem mais dignidade, mais bem-estar, mais direitos de cidadania, melhor proteção social a todos os cidadãos, sem exclusão de ninguém. E isto não deve ser apenas um propósito de alguns, mas antes uma obrigação de todos.

ACRA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE ALBURITEL, OURÉM

Novo equipamento aumenta capacidade de resposta e é a prenda desejada pelos 50 anos

A celebrar meio século de existência, a Associação Cultural e Recreativa de Alburitel (ACRA) está, finalmente, a dar corpo a um sonho/desejo que remonta a 1994: um edifício construído de raiz para albergar todas as respostas sociais da instituição.

Foi à beira de completar 20 anos, em 1994, que a Associação de Alburitel, concelho de Ourém, comprou um terreno com o intuito de construir um edifício que pudesse acolher todas as respostas sociais da instituição.

Logo nessa altura, a instituição elaborou um projeto, já a rondar os dois milhões de euros, mas a falta de recursos financeiros foi adiando a concretização do mesmo. E só passados 25 anos, em 2019, foi apresentado novo projeto, aprovado dois anos depois (2021), tendo a primeira pedra sido lançada em 2023.

Finalmente, em março de 2024, a obra foi iniciada, sendo grande a esperança dos dirigentes da instituição para que ainda fique pronta este ano e, assim, ser a melhor prenda pelo 50º aniversário.



Atualmente, a Associação apoia 14 idosos em ERPI, 25 em Centro de Dia, 18 no Serviço de Apoio Domiciliário e acolhe 32 crianças em CATL, com uma equipa de 27 trabalhadores. A intenção dos dirigentes da instituição de Alburitel é, à exceção do CATL, que funciona no Centro Escolar, transferir todas as valências para o novo equipamento, cujas instalações vão permitir alargar a oferta para 40 camas no lar e para mais 40 pessoas em Centro de Dia.

O novo equipamento social implica um

investimento de cerca de três milhões de euros, contando com apoio de fundos comunitários.

Ainda com todas as atenções focadas na conclusão da obra, a mudança para uma nova sede vai libertar o edifício onde atualmente a instituição desenvolve a sua atividade.

A ideia é continuar a explorar o edifício, não estando posta de parte a possibilidade de ali criar uma creche, habitações sociais ou até um espaço para cuidados continuados.

Como o próprio nome indica – Associação Cultural e Recreativa de Alburitel –, a instituição tem igualmente uma componente noutras áreas para além da social. A organização de diversas provas desportivas e iniciativas culturais ao longo do ano, como provas de autocrosse, caminhadas, noites de fados ou teatro, fazem, parte do seu plano de atividade anual.

Alburitel é uma freguesia que agrega as aldeias de Alburitel e Toucinhos, concentrando pouco mais de mil habitantes. Como muitas aldeias de Portugal, a população é bastante envelhecida.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA CATARINA DA SERRA, LEIRIA

Lançado concurso para construção de 11 apartamentos de habitação colaborativa

A celebrar 30 anos de existência, o Centro Social e Paroquial de Santa Catarina da Serra, no concelho de Leiria, vai apostar numa resposta inovadora a pensar no bem-estar dos mais velhos e pretende construir habitação colaborativa e comunitária, num investimento superior a 1,1 milhões de euros.

“Fomos tentando dar respostas de acordo com as necessidades da população e é nessa sequência que lançamos agora este concurso”, referiu, à imprensa local, Isabel Reis, vice-presidente do Centro Social e Paroquial, instituição que entrou em funcionamento em 1995.

O concurso para a empreitada, já foi publicado em Diário da República, e tem um preço base de 1.147.057,58 euros sem IVA e um prazo de execução de sete meses.

A nova resposta funcionará num único equipamento, com 11 apartamentos de várias tipologias e uma capacidade para 33 utentes. O novo edifício será erguido junto à sede da instituição, onde funcionam as demais respostas sociais.

A saber, Centro de Dia (30 utentes), Creche (42), Serviço de Apoio Domiciliário (35), Centro de Convívio (cinco) e ERPI (36 utentes), suportadas por uma equipa de 50 trabalhadores, entre funcionários e prestadores de serviço.

A Habitação Colaborativa funcionará em pequenos apartamentos, que incluem uma sala e uma *kitchenette* devidamente equipada, onde os utentes estão de forma autónoma, mas com uma equipa de apoio da instituição na retaguarda, não estando, assim, as pessoas

isoladas. A proximidade entre os equipamentos é uma mais-valia para os utentes.

Com diversas tipologias previstas, a instituição vai disponibilizar um apartamento T3, cinco T2, três T1 e dois T0. Desta forma, a instituição abre diversas possibilidades às famílias, pois como pode ser um idoso sozinho, pode ser um casal, um pai ou mãe e filho ou filha, etc.

Lançado o concurso, a construção do equipamento poderá contar com algum apoio do Estado, além de uma “promessa” de algum apoio” da autarquia de Leiria.

A decisão de avançar para um projeto de habitação colaborativa, a instituição leiriense considerou importante haver uma outra resposta que não o lar e que não as tradicionais respostas que existem para a população mais velha.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS PARA A CIDADANIA E INCLUSÃO

Candidaturas abertas até ao próximo dia 3 de outubro

Até ao próximo dia 3 de outubro, as IPSS podem apresentar candidaturas para o Programa de Capacitação de Públicos Estratégicos para a Cidadania e Inclusão, com vista à inclusão de Pessoas Com Deficiência e Incapacidade (PCDI).

O programa tem como objetivo principal estimular decisões, práticas e iniciativas que concretizem a inclusão, promovendo a autonomia das PCDI, através de ações de sensibilização e capacitação dirigidas a públicos estratégicos

em sectores transversais.

Podem candidatar-se a financiamento, as pessoas coletivas de direito público e de direito privado, que cumpram os referenciais definidos pelo Instituto Nacional para a Reabilitação e que desenvolvam, comprovadamente, atividades no domínio da inclusão das pessoas com deficiência e dos direitos humanos, entre outras, as IPSS.

Os apoios a conceder revestem a natureza

de subvenção não reembolsável, assumindo a forma de financiamento de taxa fixa (40%), num montante máximo, por candidatura, de 200 mil euros.

As ações de sensibilização e capacitação integradas nas candidaturas apresentadas devem ter início e término no período de 24 meses. A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão dos Fundos.

CENTRO PAROQUIAL DE SEIA

Novo infantário aumenta capacidade de resposta da instituição para 213 crianças

O Centro Paroquial de Seia inaugurou, no passado dia 16 de agosto, um novo equipamento que irá albergar as respostas sociais de Creche e Pré-Escolar.

Com um custo de cerca de dois milhões, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em 1.200.000 milhões de euros, o equipamento agora inaugurado nasceu do sonho da Direção e tornou-se realidade através de um esforço coletivo.

“Mais do que um edifício, esta obra representa a concretização de um espaço pensado para as crianças, mas também para a comunidade, onde o humano e o divino, o aprender e o contemplar se encontram em perfeita harmonia”, lê-se no comunicado enviado à redação do Solidariedade, que acrescenta: “As novas instalações foram concebidas com um cuidado arquitetónico impar, que alia a estética, a funcionalidade e a ecologia, em que cada detalhe dialoga com o espírito da obra e com o território que a acolhe. A luz natural que banha os espaços, os materiais que evocam a simplicidade e a beleza da criação, e os pátios abertos à natureza transmitem uma atmosfera de serenidade e acolhimento”.

O Centro Paroquial de Seia serve, há mais de



sete décadas e meia, a comunidade “com dedicação, responsabilidade social e amor ao próximo”.

A inauguração do novo infantário representa um novo capítulo na sua história, “honrando o legado de gerações e projetando-se para o futuro com uma resposta educativa moderna e humanizada”.

A cerimónia de inauguração contou com a presença de diversas entidades civis e religiosas, entre as quais o Bispo D. José Miguel Barata Pereira, o presidente da Câmara Municipal de Seia, Luciano Ribeiro, o diretor da Segurança Social da Guarda, Carlos Martins, a presidente da Assembleia Municipal de Seia, Cristina Sousa, para além de muitos parceiros, utentes, famílias, amigos e outros

que quiseram associar-se ao momento.

Até à inauguração do novo infantário, o Centro Paroquial de Seia tinha capacidade para 92 bebés em Creche, 70 crianças em Pré-escolar, 80 em CATL, 60 idosos em ERPI e ainda presta ajuda alimentar a 138 pessoas carenciadas, quando o protocolo é para 97. Com o novo equipamento para Creche e Pré-escolar, a instituição passa a ter uma capacidade para 213 crianças.

Com carácter inovador, o novo infantário oferece aos petizes um parque infantil inspirado nas «cozinhas de Lama» e nos «Parques de floresta». O projeto educativo e plano anual de atividades é transversal a todas as valências da instituição, ou seja, abrange as crianças e os idosos da ERPI.

O Centro Paroquial de Seia tem já licenciado um projeto para uma ERPI com capacidade para 60 utentes em regime de residência e 10 em apartamentos, num total de 70 utentes. A obra está em fase de concurso público com previsão de início de execução para outubro do corrente ano.

Notar ainda que a instituição de Seia implementou um projeto-piloto de semana de trabalho de quatro dias e que está certificada pelo sistema de gestão de qualidade para crianças e idosos.

UNIÃO DAS IPSS DE BRAGA

10ª Semana Social vai refletir sobre a valorização e retenção de talento nas IPSS

De 16 a 18 de setembro, o Auditório do CITEVE, em Vila Nova de Famalicão, acolhe a 10.ª Semana Social UDIPSS Braga, um evento que reunirá responsáveis governamentais, especialistas do Sector Social Solidário, líderes empresariais e profissionais das IPSS para três dias de reflexão, partilha e celebração.

Nos dois primeiros dias da Semana Social, serão debatidos temas centrais para o futuro das IPSS, como o seu papel num mundo em transformação, os desafios das políticas públicas e do financiamento, bem como a valorização e retenção de talento no Sector Social Solidário.

Entre os convidados, destaca-se a presença de membros do atual e do anterior Governo, bem como figuras de destaque dos sectores social, empresarial e desportivo, que irão debater os grandes desafios do futuro para as IPSS e a importância da valorização das equipas que diariamente contribuem para uma sociedade mais justa e solidária. O evento encerra dia 18, com um momento de festa e convívio no Parque de Sinções, que contará com uma eucaristia presidida pelo Arcebispo de Braga, um piquenique para as IPSS, animação cultural e um concerto de Augusto Canário.

PROGRAMA

O programa da 10ª Semana Social da UDIPSS Braga é o seguinte:

DIA 16

9h30 - Sessão de Abertura, com o padre José Antunes, presidente da Direção da UDIPSS de Braga, e Mário Passos, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

10h00 - Painel I - «IPSS: Agentes de Mudança Social e Parceiros das Políticas Públicas», com moderação de Jorge Pereira, vice-presidente da Direção da UDIPSS de Braga: 1 - «O Papel das IPSS num Mundo em Transformação», por José António Vieira da Silva, antigo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rui Pedroto, presidente da Comissão Executiva da Fundação Manuel António da Mota, Ana Feijó Cunha, diretora da Fundação “la Caixa” Portugal, e Telmo Antunes, vice-presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social; 2 - «Políticas Públicas e Financiamento», por Américo Mendes, da Universidade Católica do Porto/ATES, e Márcio Pereira, da Ordem dos Contabilistas Certificados.

12h00 - Sessão de Encerramento, com Clara Marques Mendes, secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão.

DIA 17

9h30 - Sessão de Abertura, pelo padre José

Antunes e João Ferreira, diretor do Centro Distrital Segurança Social de Braga.

10h00 - Painel II - «Valorizar os Trabalhadores e Reforçar as IPSS», com moderação de Joaquim Mota e Silva, presidente da Mesa da Assembleia Geral da UDIPSS Braga: 1 - «Testemunhos dos Trabalhadores das IPSS», por Sara Sousa, enfermeira especialista em reabilitação, Sílvia Neves, ajudante da ação direta, Francisco Assis, educador de infância, Vera Sá, diretora-técnica/assistente social; 2 - «Atrair, Desenvolver e Reter Talento», por Rui Vitória, treinador de futebol, Ângela Sá Azevedo, coordenadora do Mestrado em Psicologia, da Universidade Católica de Braga, Graça Amaral, management advisor, da Business Consulting, Alexandra Ribeiro, da APCER.

12h00 - Sessão de Encerramento, com Adriano Rafael Moreira, secretário de Estado do Trabalho.

DIA 18

Festa Convívio (Parque de Sinções)

11h00 - Eucaristia presidida pelo Arcebispo de Braga, D. José Cordeiro.

12h00 - Almoço Piquenique.

14h00 - Atuação dos Bombos Zés Pereiras do Novais.

14h30 - Festa Convívio com Augusto Canário e muitas surpresas

17h00 - Encerramento.

CNIS, MUNICÍPIO DA GUARDA, FITI E LAR DOS AFETOS ASSINAM PROTOCOLO PARA PROJETO-PILOTO

GuardAfetos pretende criar um SAD mais eficiente, abrangente e relevante para os utentes

A CNIS, a Câmara Municipal da Guarda, a FITI e o Centro de Dia e Lar de Santa Ana de Azinha, também conhecido por Lar dos Afetos, assinaram o protocolo GuardAfetos, com o propósito de elaborar o Diagnóstico dos Serviços de Apoio Domiciliário prestados pelas IPSS do concelho da Guarda, mas também definir recomendações que visem uma maior adequação destes serviços às necessidades concretas dos utentes, das suas comunidades, procurando prevenir a doença e promover o bem-estar e a saúde dos utentes, numa linha inovadora e sustentável.

A intenção é adequar o Serviço de Apoio Domiciliário a uma população que vive isolada, em habitações, muitas vezes, sem as condições para que a pessoa tome um simples banho, que enfrenta inúmeros obstáculos para conseguir os medicamentos de que necessita. E porque estamos a falar do concelho da Guarda, não é displicente apontar as características climáticas como um enorme obstáculo para pessoas idosas fazerem a sua vida normalmente.

Nesse sentido, Rosária Santos, presidente da instituição de Santana de Azinha, e José Carlos Batalha, presidente da FITI – Federação das Instituições da Terceira Idade, lançaram a ideia do projeto-piloto de um SAD feito à medida, primeiro, para a população servida pela instituição, mas o objetivo é alarga-lo, de seguida, a todo o concelho da Guarda e, posteriormente ao todo nacional.

A autarquia da Guarda associou-se ao projeto, tendo o edil Sérgio Costa subscrito o protocolo em nome do município, tal como a CNIS, “o grande chapéu desta iniciativa”, como referiu o dirigente Alfredo Cardoso na sessão de assinatura do protocolo.

Há ainda um quinto elemento nesta equação, que pretende implementar o projeto-piloto em Santana de Azinha, que é o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa, a quem cabe, agora, proceder à definição do perfil e dos requisitos para o prestador de serviços, no âmbito do Diagnóstico dos Serviços de Apoio Domiciliário do Município da Guarda, um trabalho de inquérito porta a porta.

O valor da prestação de serviços de Diagnóstico dos Serviços de Apoio Domiciliário prestados pelas IPSS do município da Guarda, como a georreferenciação, a abrangência, os recursos afetos, as condições de funcionamento e os perfis de profissionais e de utentes, é de quase 48 mil euros. Este valor é um encargo da Câmara Municipal da Guarda, que deverá ser liquidado: 30% na assinatura do Protocolo; 40% a meio do projeto; e 30% na apresentação final de resultados.

O ISCSP está já a selecionar candidatos para o trabalho de campo, que deverá durar três meses. Os candidatos selecionados colaborarão no desenvolvimento do trabalho de campo, em atividades de recolha de dados quantitativos e qualitativos, bem como na sistematização/



preparação desses dados para efeitos de análise e discussão, no âmbito deste projeto. O trabalho de campo

será desenvolvido no Município da Guarda (deslocando-se às diversas unidades SAD e freguesias), sob a orientação da equipa de investigação.

No protocolo, assinado no passado dia 27 de agosto, ao Centro de Dia e Lar de Santa Ana de Azinha cabe ser o motor de promoção, mobilização e articulação dos diferentes atores sociais e decisores de vários níveis, conjugando os poderes e os saberes no

contexto territorial, designadamente nas freguesias mais rurais, dispersas e desertificadas. Ou seja, a instituição vai ser o ator principal de algo que se quer replicado no futuro.

Por outro lado, à FITI cabe desenvolver o Diagnóstico dos Serviços de Apoio Domiciliário do Município da Guarda, elaborar um relatório final e o *Policy Brief*, com recomendações especificamente organizadas para o Município da Guarda e, ainda, organizar um Seminário final para apresentação de resultados, na componente

científica e produção de conteúdos.

Já a CNIS “obriga-se a estimular e dinamizar a presente investigação, acompanhando o projeto, aprofundando e incentivando a cooperação entre os diferentes atores, levando às diferentes entidades do Estado os resultados que vão sendo obtidos e amplificando e divulgando também as respetivas recomendações”.

Na cerimónia de assinatura do protocolo GuardAfetos, que decorreu nos jardins da instituição de Santana de Azinha e perante utentes, trabalhadores e diversas personalidades locais, Rosária Santos afirmou que “este momento simboliza mais do que um acordo, representa



a união de vontades em torno de uma causa nobre, a proteção, o cuidado e a valorização de cada pessoa”, acrescentando: “O GuardAfetos nasce da convicção de que só através da partilha, da cooperação e do afeto é possível construir respostas sociais verdadeiramente humanas e transformadoras”.

“O envelhecimento é um desafio cuja resposta tem de ser dada em rede, de forma articulada entre todos os atores, as autarquias, as instituições e outros”, começou por dizer Fernando Serra, vice-presidente do ISCSP, acrescentando: “Em muitos territórios, não litorais e de baixa densidade, o problema do envelhecimento é muito mais agravado. Há uma lista de espera enorme nas IPSS que apoiam o envelhecimento e, por isso, muitas pessoas não têm outra alternativa senão envelhecerem sós ou acompanhadas por uma pessoa também ela idosa ou sem as competências necessárias para os cuidados necessários”.

Revelando que a agilização dos trabalhos preparatórios para a ida das equipas para o terreno será mais rápida após a assinatura do protocolo, Fernando Serra mostrou-se confiante de que “esse retrato possa ajudar a promover

práticas de cuidados domiciliários mais eficientes, abrangentes e relevantes para as pessoas que são seus beneficiários”, sublinhando: “Temos de encontrar outras formas de envelhecimento em casa, com qualidade e dignidade, e oxalá o nosso trabalho possa ajudar a fazer esse caminho”.

Por seu turno, Alfredo Cardoso começou por relevar a importância do projeto GuardAfetos, sublinhando que “este é um projeto muito mais vasto do que a instituição que o acolhe”, revelando que já há instituições à espera de resultados para poderem reproduzir o projeto: “Em Quiaios, na Figueira da Foz, estão ansiosos para ver o êxito deste projeto para o poder replicar”.

Ciente da importância que o GuardAfetos pode desempenhar na desejada e necessária alteração de funcionamento do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), o dirigente da CNIS sustentou: “Este projeto não pode falhar, porque é um projeto-piloto, mas tem a chancela da Academia e a população dá garantias e os parceiros dão garantias. Num momento em que mais 84 mil idosos passaram a aceder ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), o SAD é a resposta adequada para manter a coesão social”.

Como um dos grandes instigadores da ideia do GuardAfetos, José Carlos Batalha a primeira palavra que dirigiu aos presentes foi “gratidão, desde logo, a esta casa, a esta região e a estas gentes”.

Enfatizando o carácter inovador do projeto, o presidente da FITI lembrou que tudo surgiu porque “era importante olhar para o Serviço de



Apoio Domiciliário de forma diferente daquele que é o paradigma do serviço” e que passe a conjugar “serviço social, da alimentação, da higiene, da preparação e da medicação, com o olhar da saúde, atuando também para prevenir a agudização da doença”.

A grande virtude do GuardAfetos, para José Carlos Batalha é “a conjugação destas duas

intenções: o olhar da saúde e o olhar social”.

O edil Sérgio Costa deixou o desafio “para que possamos acelerar este projeto”, porque é política do executivo camarário “desenvolver novas políticas para os nossos idosos”.

“Hoje são os outros, amanhã somos nós”, rematou o presidente da Câmara Municipal da Guarda.

VOLUNTARIADO

«Da montanha: histórias e memórias com afeto»

Mariana Santos, estudante da licenciatura de Psicologia, trocou a praia por um voluntariado de dois meses no verão no Lar dos Afetos, em Santana de Azinha, e da interação com os idosos que residem no Lar e frequentam o Centro de Dia resultou um documento de “memórias e experiências de vida”, que de outra forma se perderiam no tempo. Surgiu assim o «Da montanha: histórias e memórias com afeto».

“Falei com os idosos que quiseram contribuir e contar-me como foram as suas infâncias, os tempos de juventude, as tradições que cumpriam e acabei por fazer um relato do que eles me iam contando. Contaram-me um bocadinho de tudo, dos bailes, das tradições familiares, de como eram as condições de vida na altura, por exemplo, como aqueciam as suas casas, os jantares familiares, porque ainda não havia eletricidade”, conta a futura psicóloga clínica, sublinhando que “a parte mais gratificante foi ver a alegria deles a contarem as suas memórias do passado, a uma pessoa que não viveu esses tempos”.

“Via-se o entusiasmo deles em contar as suas histórias e a alegria quando eu chegava ao salão e perguntava quem queria ir lá para fora conversar, queriam todos!”, revela, mas



nem sempre foi assim: “Ao início ficaram um pouco reticentes, porque não sabiam ao que iam, mas depois de lhes ganhar a confiança, tudo mudou”.

A recolha e documentação das memórias e experiências de vida dos idosos do Lar dos Afetos era o grande objetivo do «Da montanha: histórias e memórias com afeto», que se desdobrou em outras metas específicas que

visavam promover o bem-estar, a autoestima e a integração social dos idosos, bem como a valorização e preservação as suas histórias.

“O envolvimento com os utentes transcendeu o mero cumprimento de um dever. Estes momentos, repletos de simplicidade e significado, permitiram-me cultivar uma consciência mais profunda das subtilezas da vida, reforçando a importância de estar presente e de valorizar o momento. A troca de confidências e a partilha de memórias, que inicialmente visava proporcionar-lhes algum conforto, revelou-se um espelho que refletiu as minhas próprias necessidades de escuta e compreensão, conferindo-me uma maior maturidade emocional”, escreveu Mariana Santos, no relatório final que elaborou, acrescentando: “A riqueza das histórias partilhadas pelos idosos, nas suas vivências e saberes acumulados ao longo dos anos, ampliou a minha compreensão sobre o valor da tradição, da memória coletiva e do respeito pela experiência alheia. A escuta ativa, uma habilidade essencial que desenvolvi neste contexto, tornou-se não só um exercício de atenção, mas também uma verdadeira lição de humildade, ao reconhecer o vasto universo que habita em cada pessoa”.



DESPEDIMENTOS COLETIVOS AUMENTAM DESDE 2022

Trabalhadores dispensados no primeiro semestre de 2025 são mais do dobro do que em igual período do ano passado

O número de trabalhadores abrangidos por despedimentos coletivos aumentou 30,3% até julho, face a igual período do ano anterior, totalizando os 4.688, segundo cálculos com base em dados da Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho. Destes 4.688 trabalhadores abrangidos por despedimentos coletivos, 4.578 foram efetivamente despedidos, revelam os últimos dados da DGERT.

O número de trabalhadores abrangidos por despedimentos coletivos está a aumentar desde 2022, sendo que nos primeiros sete meses deste ano são já mais do dobro dos registados em igual período de 2023 (eram 2.140). Também o número de despedimentos coletivos comunicados pelas empresas ao Ministério do Trabalho subiu 13,3% até julho, face a igual período de 2024, para 332.

De acordo com a análise dos dados da DGERT, o número de despedimentos coletivos comunicados está a aumentar desde 2023 e o valor registado nestes primeiros sete meses é o mais elevado desde 2020, período em que alcançou as 420 empresas.

Destes 332 despedimentos coletivos comunicados, a maioria diz respeito a pequenas empresas e a microempresas, representando 38,6% e 36,1% do total, respetivamente, de acordo com os cálculos da Lusa com base nos dados da DGERT.



Por regiões, a região de Lisboa e Vale do Tejo e o Norte continuam a ser as regiões com maior número de despedimentos coletivos comunicados até julho, com 166 e 100 respetivamente.

No que toca especificamente ao mês de julho, foram efetivamente despedidos 781 trabalhadores, um valor superior aos 465 registados no período homólogo, bem como aos 779 registados em junho.

Dos 781 trabalhadores efetivamente despedidos

em julho, a região de Lisboa e Vale do Tejo representava a larga parte (81%), com 633 trabalhadores efetivamente despedidos.

As indústrias transformadoras e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares são as atividades com maior número de trabalhadores despedidos em julho, sendo que a principal razão apontada, globalmente, é a redução de pessoal (53%).



Gestão Inteligente e humanizada de escalas de serviço



5 GRANDES PILARES ✓

- Parametrização de regras e condições
- Personalização
- Alertas e insights
- Validação da conformidade
- Comunicação



RESPOSTA NOS INCÊNDIOS DE AGOSTO COMPROVAM A PREPARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

IPSS continuaram a ser portos de abrigo seguros apesar da proximidade das chamas

Agosto de 2025 fica para a história dos incêndios rurais em Portugal, como o ano em que mais área de floresta, matos e zonas agrícolas ardeu. Foram mais de 234 mil hectares!

De norte a sul do país, o drama dos incêndios florestais voltou a repetir-se, novamente de forma intensa e ameaçadora, tendo ceifado vidas a quem os combatia e causando milhões de euros de prejuízos.

Uma vez mais, as IPSS mostraram ser portos de abrigo seguros para quem acolhem, mas também para quem na comunidade precisa de ajuda. Pelo pequeno périplo que o SOLIDARIEDADE fez pelas zonas afetadas pelos incêndios de agosto, é evidente que, apesar de as labaredas quase lamberem as paredes das instituições, bombeiros e proteção civil considera-as, na maioria das situações, os lugares mais seguros para as pessoas que ali residem e até para outras que, tendo de ser evacuadas de suas casas, necessitam de abrigo contra o fogo.

Em todas as instituições que estiveram na linha do grande incêndio que começou a lavar, no dia 13, na Aldeia de Piódão, concelho de Arganil, lavrou durante vários dias, queimou milhares de hectares atravessando os concelhos de Pampilhosa da Serra e Oliveira do Hospital, tudo no distrito de Coimbra, seguindo para Seia (Guarda) e prosseguindo em direção à Covilhã, a Castelo Branco e ao Fundão (Castelo Branco).

Na aldeia de Avô, concelho de Oliveira do Hospital, apesar do fogo ter chegado muito perto das instalações da Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô – IPSS que tem uma ERPI (67 utentes), um SAD (20) e um Centro de Dia (2) –, tendo inclusive queimado um terreno na encosta fronteira à instituição onde está previsto fazer uma ampliação do lar, o equipamento social esteve sempre seguro.

“A instituição estava devidamente protegida, estávamos previamente preparados para isso, porque era previsível com a evolução do incêndio já ao longo de uns dias antes e preparámo-nos para o que pudesse acontecer”, conta Manuel Nunes, presidente da instituição de Avô, relatando: “Não foi necessário retirar os utentes da instituição e foi quase um dia normal. O lar continuou a funcionar de forma normal, apenas por precaução com o estado psicológico dos utentes, foram encaminhados para um espaço mais limitado e controlado, onde estavam também a assistente social, as enfermeiras, a diretora técnica”.

Apesar da proximidade das chamas, não foi necessário evacuar nenhum utente, só não foi possível as equipas do SAD deslocarem-se às casas dos utentes para levar a comida, “porque o fogo não permitia”.

“A envolvente do incêndio é que perturbou o funcionamento da instituição, se bem que tivemos o cuidado de isolar o máximo possível os utentes para que não se apercebessem disso



mesmo. Estiveram tranquilos e só se aperceberam da realidade no dia seguinte”, refere Manuel Nunes.

CERDEIRA

Na Cerdeira, concelho de Arganil, junto à Serra do Açor, o incêndio começou na aldeia de Mourísia, no dia 14, e logo aí, os responsáveis pela Casa do Povo de Cerdeira e Moura da Serra ficaram alerta, porque havia a forte possibilidade de a instituição ter de receber pessoas deslocadas pelo incêndio.

“No início contactaram-nos para recebermos umas pessoas da aldeia e outras que lá estavam de férias, porque nesta altura do ano há muita gente de fora. São as festas das aldeias e, por exemplo, Mourísia tem 15 habitantes, mas estavam lá 50. Porém, já não foi possível evacuar essas pessoas, porque o fogo rodeou a aldeia”, começa por dizer Carla Almeida, presidente da instituição, que tem uma ERPI (25), um SAD (21) e um Centro de Dia (8), que acrescenta: “O fogo chegou aqui no dia 15, mas na véspera já recebemos pessoas, que seriam de Moura da Serra e de Mourísia, porque as pessoas mais debilitadas foram retiradas ainda antes da chegada do incêndio”.

“Como vivemos o incêndio de 2017, já estávamos com outra noção de como é que as coisas podiam correr e precavemo-nos muito antes dele aqui chegar. Por exemplo, a diretora-técnica acabou por ir às compras e comprar mais mantimentos do que os que seriam necessários para o quotidiano, porque podíamos ter de receber pessoas. Isto foi algo que não fizemos em 2017,

porque foi tudo tão rápido que não deu tempo para nada”, revela Carla Almeida.

Apesar de os idosos estarem um pouco apreensivos, a instituição tudo fez para que o dia dos idosos fosse o mais normal possível, “para que não se apercebessem muito do que se passava”.

“No entanto, havia funcionárias assustadas, pessoas que têm casas por aqui que estavam preocupadas e havia pessoas que não são de cá e que estavam muito assustadas, porque nunca tinham vivido uma coisa assim”, conta a presidente, sublinhando: “Se as autoridades o tivessem decidido, o lar teria sido evacuado, mas nós, Direção da Casa do Povo, consideramos que não há nunca a necessidade de evacuar os utentes. Primeiro, porque a instituição tem um declive muito grande para o terreno da parte de baixo, pelo que o edifício, por si só, está muito mais alto do que qualquer vegetação. Se se fecharem portas e janelas, isolando-se tudo, as pessoas estão perfeitamente seguras aqui dentro, porque não há floresta diretamente encostada. Já em 2017 recebemos muitas pessoas porque as autoridades consideraram que a instituição é segura”.

E na verdade as chamas chegaram mesmo junto à parede detrás da instituição, mas a altura a que o edifício está, é quase impossível, porque não havia árvores, o fogo chegar às instalações. Mas fica sempre o susto.

“Em termos de planeamento foi mais fácil do que em 2017, mas também já tínhamos noção do que poderia vir a acontecer e a instituição estava disponível para receber quem

necessitasse”, sustenta Carla Almeida, referindo que a instituição tem um salão, onde foram colocados alguns colchões e umas camaratas da Cruz Vermelha, onde acabou por receber 10 pessoas.

“Estávamos preparados para receber mais pessoas, porque, inicialmente, disseram-nos que seriam umas 50, mas foram apenas 10”.

No entanto, a meio da noite foi tomada a decisão de evacuar essas 10 pessoas para outro local.

“Cerca das quatro da manhã, vimos o fogo a avançar, as chamas descontroladas e achámos por bem levar as 10 pessoas para Coja, porque essas pessoas iam ficar ainda mais assustadas. Eram pessoas mais novas, que estavam na zona de férias, não sabem o que é um incêndio florestal e assustam-se muito mais. Foi uma decisão correta e sensata”, relata Sandra Fernandes, diretora-técnica.

Também aqui, o apoio domiciliário foi afetado, porque as chamas impediam que as equipas das instituições se deslocassem.

“Como não podíamos passar para a serra, onde está a maioria dos nossos utentes, focámo-nos nos utentes da Cerdeira. A ideia era levar-lhes a alimentação a esses utentes, mas o incêndio rodeou-nos e não conseguimos sair. Enquanto tive telefone, liguei a todos os utentes do Centro de Dia e a cerca de metade dos do SAD para avisar que não conseguíamos ir levar o almoço. Entretanto, ficámos sem eletricidade, sem telefone e sem internet, mas assim que conseguimos sair, por volta das 15h30/16h00, fomos levar o almoço aos da Cerdeira, porque aos outros não conseguíamos chegar”, lembra Sandra Fernandes.

VIDE

Prosseguindo o seu inexorável caminho de destruição, o incêndio, que começou em Piódão, chegava ao concelho de Seia.

Na zona das aldeias de Vide e de cabeça, as coisas estiveram igualmente complicadas, com o fogo a rodear os povoados. No olho do furacão, a Associação de Promoção Social dos Habitantes da Freguesia de Vide, IPSS que acolhe 21 idosos em ERPI (Lar D^a Guiomar Almeida Santos).

Ana Carolina Duarte, que, entretanto, cessa funções como diretora-técnica da instituição de Vide, lembra que no dia 14 o incêndio, que na véspera estava em Piódão, “criou um grande alvoroço porque estava mesmo muito perto, pois via-se o clarão enorme, os utentes começaram a ficar agitados, alguns a receber telefonemas de familiares a dizerem-lhes que o fogo andava aqui perto e, depois, os helicópteros carregavam água no rio, que é mesmo por baixo do lar”.

Sem a equipa completa, porque algumas funcionárias não foram trabalhar para poder proteger as próprias propriedades ou porque não conseguiam passar, mesmo assim tudo foi feito para que os idosos não percebessem muito bem o que se passava.

Também em Vide, não houve necessidade de evacuar os utentes do lar, “até porque a Proteção Civil considerou que o lar era o sítio mais seguro para as pessoas”, apesar de o fogo ter andado bem perto da instituição. Ainda assim, a instituição ainda acolheu uma idosa,



de Foz de Égua, e que ficou no lar durante uma semana.

No dia 15 de agosto, provavelmente, o pior dos longos e demorados dias de incêndio, as coisas complicaram-se.

“A partir da hora de almoço, ficámos aqui como muito fumo, o fogo chegou pela parte de trás da instituição e, logo depois, já estava também na frente e por todos os lados”, conta Inês Brito, atual diretora-técnica da Associação de Vide, acrescentando: “Entretanto, chegou um carro dos Bombeiros de S. Romão, que ligado à nossa boca de incêndio esteve a ajudar-nos. Nós também andávamos com mangueiras a fazer o possível, enquanto os idosos se mantiveram no interior da instituição. A nossa preocupação era também com o material de obra que estava na instituição, inclusive um gerador cheio de combustível, para a ampliação do lar que está a decorrer”.

“Foi uma tarde agitada e os idosos também estavam um pouco agitados, principalmente os que andam e se aperceberam mais do que se passava”, recorda Inês Brito, apontando como único dano o derretimento da conduta do furo de água, que a instituição tem para situações de emergência.

Outra consequência foi os demorados quase 15 dias que a instituição esteve à espera para ter telecomunicações.

Como refere Rui Reis, presidente da União Distrital das IPSS da Guarda, no distrito “houve sempre muita preocupação e cuidado com as IPSS por parte das autoridades, como os bombeiros e a proteção civil.

UNHAIS DA SERRA

Antes de chegar ao concelho de Castelo Branco, o incêndio entrou no concelho da Covilhã, onde devastou muito território.

Ainda assim, no Centro Social Cultural de Santo Aleixo, em Unhais da Serra, “os utentes estiveram sempre tranquilos, porque o fogo andava bastante distante do lar”, afirma Maria Eugénia Soeiro, presidente da instituição, destacando: “No entanto, houve um



cuidado muito grande dos Bombeiros e da Proteção Civil, que estiveram connosco até às quatro da manhã”.

Foi no dia 20, uma semana depois de ter começado em Piódão, que o fogo mais assustou Unhais da Serra.

“Toda a gente estava muito apreensiva, porque as chamas viam-se, eram muito altas e circundavam a povoação. Os utentes estavam apreensivos, mas tranquilos, e permaneceram sem ir para a cama até às 23h30. Por outro lado, já tínhamos ambulâncias para a eventualidade de termos de evacuar os acamados”, conta, explicando: “Como a instituição tem dois pisos, os acamados ficaram no rés-do-chão para facilitar uma eventual evacuação. O fogo era medonho de ver ao longe”.

Aqui, o SAD não foi afetado e, na noite do incêndio, as equipas da instituição visitaram todos os utentes: “Estavam todos a dormir, portanto, tranquilos”.

A líder da instituição realça ainda a solidariedade de outras instituições sociais, entre as quais a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, que ofereceu ajuda e acabou por disponibilizar uma psicóloga para conversar com os utentes do Centro Social.

Como podemos constatar, as IPSS são, de facto, lugares seguros, com as autoridades a comprovarem-no, considerando-as os locais mais seguros para qualquer evacuação de populares cujas casas estejam em perigo.

Ainda assim, houve necessidade de

algumas instituições terem de ser evacuadas. No entanto, apenas dois lares tiveram de ser evacuados, em agosto. Em meados do mês, no concelho de Aguiar da Beira, um lar em Quinta de Açores foi evacuado, quando o concelho estava a ser fustigado por dois incêndios.

S. MARTINHO DE ANTA

Mas a primeira evacuação de uma IPSS, aconteceu logo no dia 2 de agosto, em S. Martinho de Anta, concelho de Sabrosa, que seria ainda, ao longo do mês castigado por mais dois incêndios.

Eliana Moreira estava há um dia de férias e longe de S. Martinho de Anta, quando foi alertada por uma notícia na televisão de que as chamas estavam a aproximar-se da Associação Miguel Torga, IPSS que tem uma ERPI (19 utentes), SAD (50) e Centro de Dia (6).

De imediato entrou em contacto com quem estava na instituição, ajudando a agilizar a implementação do plano de contingência.

“Ter um plano de contingência é fundamental, faz toda a diferença, até para a organização das equipas. Para quem estiver na linha da frente, saber o que tem de fazer, quem tem de contactar, etc. é fundamental”, conta a diretora-técnica da Associação.

Durante a tarde, quando a enfermeira esteve na instituição, como já tinha consciência de que o fogo andava perto da comunidade, preparou um kit de medicação extra para todos os utentes. “Parecendo que não, isso é logo uma grande ajuda em situações destas”, afirma Eliana Moreira.

O fogo andava na zona desde as 14h00, ainda em S. Cibrão, localidade onde começou. Devido às projeções provocadas pelo vento, chegou à freguesia de S. Martinho de Anta vindo de Garganta e Anta, varrendo a parte norte da freguesia.

Quando às 22h00 se inicia a evacuação dos utentes da ERPI, o fogo já estava junto às instalações da instituição.

Como o SOLIDARIEDADE pôde verificar in loco, as chamas estiveram a cerca de cinco metros do lar e lambeu, mesmo, o muro circundante da creche da instituição, que fica do outro lado da estrada, tendo ainda queimado um toldo no recreio. Com as chamas já pertíssimo da ERPI, entre outras intervenções dos bombeiros e das autoridades, uma máquina de rasto criou uma faixa de contenção nas traseiras da instituição, acabando as chamas por não avançar naquele sentido.

Dada a ordem de evacuação, tudo decorreu de forma exemplar, segundo a diretora-técnica.

“A aproximação das chamas e o fumo deixou as pessoas mais apreensivas. No entanto, a nossa enfermeira deu indicações para não ser dada medicação para dormir aos utentes, que estavam concentrados na sala de convívio. Às 22h00 foi dada a hora de evacuação e o processo liderado pela nossa auxiliar de ação direta Paula Catarino”, conta, deixando dois elogios rasgados: “Em toda esta situação, valeu muito a minha equipa de colaboradoras, porque só estavam duas ao serviço, mas conseguimos juntar aqui uma equipa de seis. A equipa da cozinha acabou o turno, mas não foi embora, ficou aqui para ajudar, tal como a



equipa do apoio domiciliário. Por outro lado, a adesão musculada da comunidade foi espetacular. O facto de eu estar à distância e ter pedido a pessoas amigas para virem à instituição ajudar, na verdade é que estava aqui muita gente para o que desse e viesse. E isso viu-se na rapidez com que os utentes foram retirados, alguns deles dependentes. Houve uma adesão muito grande da comunidade”.

No processo de evacuação dos 18 utentes (um estava de férias com a família), os idosos foram levados para o pavilhão de Paços, onde, depois, foram triados os casos mais complicados, em especial por causa das doenças respiratórias, e oito deles foram transferidos para a Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa. Entretanto, dois foram levados pelas famílias, tendo os restantes oito permanecido no pavilhão. A este grupo juntaram-se duas senhoras que haviam sido evacuadas da serra para a instituição.

Apesar do incêndio, os utentes do SAD não foram afetados, tal como os do Centro de Dia, que tinham saído na sexta-feira e regressaram logo na segunda-feira de manhã. Já os utentes do lar foram chegando ao longo do dia de domingo, porque a situação mais complicada fora no sábado.

“Os serviços nunca pararam, porque tínhamos condições para tal. A cozinha continuou aberta e, assim, pudemos continuar com o apoio domiciliário. Aliás, no domingo a cozinha acabou por confeccionar as 50 refeições para os nossos utentes do SAD e ainda o almoço para os utentes do lar que regressaram de manhã do pavilhão. Os que estavam na Santa Casa almoçaram lá e vieram durante a tarde”, conta Eliana Moreira, que relata ainda a hospitalização de um utente, face aos problemas respiratórios de que habitualmente já sofre.

“A forças da autoridade e os bombeiros estiveram muito bem, mas a comunidade foi espetacular. Há um lar privado de Vila Real que veio ao pavilhão dar apoio, levando fraldas, comida e colocaram colaboradores deles junto aos nossos utentes”, revela, sublinhando: “Foi uma



mobilização tão musculada que nunca se viu, parecia que estava ensaiada, mas não estava”.

No dia 16 de agosto, quando os incêndios estavam ao rubro em várias regiões do país, o presidente da CNIS solidarizou-se com os afetados, lembrando que “todos vivemos dias de alerta, ansiedade e medo”.

“Os dirigentes das instituições de solidariedade, em geral, e os das zonas mais atingidas pelos incêndios, em particular, têm estado e continuarão a estar vigilantes e ativos na defesa dos seus utentes e têm cooperado diligentemente com as autoridades para encontrar soluções de emergência em muitas situações”, destacou o padre Lino Maia, numa nota enviada à Comunicação Social, rematando: “A CNIS solidariza-se com todos esses dirigentes e está em comunhão na sua resiliência e na esperança de um necessário e rápido desanuviamento da situação”.

Na proteção de quem está a seu cargo, mas também disponibilizando ajuda e acolhimento a quem necessita de abrigo porque as chamas os expulsaram das suas casas, as IPSS, por todo o País, continuam a ser um local seguro para as populações, a quem as comunidades locais não negam ajuda e que as autoridades têm sempre como alvo da sua atenção, mas também olham as instalações das instituições com condições que garantem a segurança de pessoas a evacuar de suas casas.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PAULO PEDROSO

Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE

A promessa da inclusão ainda é realizável?

Num tempo em que o debate público parece cada vez mais polarizado entre quem defende o crescimento económico a todo o custo e quem insiste na urgência de uma redistribuição justa, importa recentrar a discussão naquilo que está verdadeiramente em jogo: a persistência da pobreza e da desigualdade como falhas estruturais das nossas sociedades. O que ainda pode ser feito para resgatar a promessa de inclusão?

É comum ouvir o exemplo da relação entre a produção e a redistribuição de riqueza. Enquanto uns defendem que a redistribuição tem de ser promovida em cada momento, de acordo com as necessidades das pessoas, outros defendem que o crescimento da produção e a redistribuição se fazem em dois tempos: primeiro conseguindo crescer e, a seguir, melhorando a distribuição.

O modelo europeu de Estado-providência, que não é uno, tem uma característica estrutural comum: promover a redistribuição de rendimento de modo muito acentuado ao mesmo tempo que o crescimento económico, sob a forma de taxas de imposto progressivas, prestações sociais e serviços públicos. Muitos auguram o seu declínio e assiste-se a ofensivas contra todas as componentes que o caracterizam: ataques à progressividade fiscal, defesa da diminuição da generosidade das prestações sociais e desinteresse pelos serviços públicos.

No passado, nomeadamente depois da primeira grande crise petrolífera, o mesmo tipo de ataques, vindo então de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, foi parcialmente contido. Mas é incerto se o será na atual versão liberal-populista.

O que caracteriza o novo pensamento dominante é, neste ponto, a desvalorização da importância da desigualdade e o total menosprezo pelo fenómeno da pobreza. Concomitantemente, vê-se crescer mesmo a aversão aos pobres, a aporofobia, e assiste-se a que ela tenha efeitos, por exemplo, na degradação das prestações sociais de combate à pobreza. Parece mesmo haver apoio popular à contenção nas medidas de inclusão.

A pobreza, contudo, não é um fenómeno individual estranho à dinâmica social. As sociedades escolhem coletivamente o nível de pobreza que querem ter e o preço social que estão dispostas a pagar por isso.

A pobreza é um estado de privação de recursos e oportunidades. A desigualdade é uma irmã gêmea da pobreza. Sempre que a desigualdade se agrava, são originados perdedores estruturais, que são aqueles para quem o acesso a menos recursos é o ponto de partida para um processo cumulativo em que essa dificuldade de acesso interage com o acesso a menos oportunidades, gerando resultados menores que eternizam e agravam as dificuldades de acesso a recursos. A exclusão social é o resultado do efeito cumulativo da pobreza e da desigualdade.

Como as nossas sociedades se baseiam na igualdade perante a lei, a desigualdade de estatuto

que conduz à pobreza não resulta de uma diferença de estatuto jurídico, mas da diferença de desempenhos. Logo, se temos destinos diferentes, isso deve-se ao facto de termos tomado decisões erradas e devemos ser incentivados a corrigi-las e substituí-las pelas decisões corretas que nos levarão ao sucesso.

Nesta visão, a desigualdade de resultados sociais e, com ela, o risco de pobreza deriva de alguma forma de incompetência individual, que deve procurar-se corrigir. Essa incompetência pode, naturalmente, ser herdada e aí residiria a dimensão coletiva do risco de pobreza.

Assim vista, a desigualdade económica é o resultado de uma combinação de fatores individuais e coletivos. A que deriva de fatores coletivos pode ser corrigida pela criação de políticas de igualdade de oportunidades. A que deriva de fatores individuais, frequentemente associada à ideia de mérito ou falta dele, é uma fatalidade individual, no limite sem correção, que apenas pode ser abordada por uma rede de proteção social mínima, dedicada aos que “falham”.

Nenhum país do mundo erradicou a pobreza. Nenhuma economia do mundo é plenamente inclusiva. O fim da pobreza é ainda uma questão em aberto e exige uma tripla ativação.

A ativação do mercado, desde logo. O caminho que está a ser percorrido – e que propostas como as de Trump pretendem interromper – na aceitação do princípio de responsabilidade social das empresas, no reconhecimento de que têm deveres para com a comunidade e não apenas para com os acionistas, materializado hoje no crescimento das estratégias de sustentabilidade ambiental

e social, merece acompanhamento e parece ter potencialidades.

A ativação dos cidadãos, combatendo as fronteiras que conduzem à exclusão social. Nesta frente, há sinais muitos sombrios no populismo europeu. A visibilidade e consideração dos grupos em risco de exclusão está a ser substituída por discursos de incompreensão, ressentimento e ódio. As comunidades são elementos poderosos de prevenção da exclusão, agindo para tornar os cidadãos mais próximos, fraternos e solidários. Este é um elo da cadeia da inclusão que não pode ser desvalorizado nem interrompido.

Finalmente, a ativação das políticas públicas é indispensável para garantir a cidadania social, o acesso em condições de equidade aos recursos e oportunidades. Tem-se assistido a um recuo das políticas sociais, mas, como defendia Richard Titmuss, os estruturalmente desfavorecidos têm de beneficiar de políticas de compensação. Os que pensam que as políticas de investimento social apagam a necessidade das políticas de compensação estão equivocados. Os mecanismos de exclusão permanecem mais fortes do que o que se consegue contrariar com o investimento na criação de igualdade de oportunidades.

Só este trio pode vencer a pobreza. A batalha não está inevitavelmente perdida nem antecipadamente ganha. Não há determinismo, só escolhas de modelo de sociedade.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

“O sol é grande, caem co’a calma as aves” (Sá de Miranda)

1 – Num domingo do passado mês de Julho, como é habitual, a família alargada - filhos, irmãos, cunhados, sobrinhos, primos - reuniu-se para o almoço semanal, na aldeia.

A casa dá para um pequeno bosque de carvalhos, que vai até ao rio, árvores à sombra das quais cada um deixou a sua viatura, numa espécie de estacionamento “ad hoc”.

Eram, se bem me lembro, 6 as viaturas estacionadas no local.

A certa altura, um dos presentes saiu da sala de jantar, deslocando-se para o exterior da casa – vindo de imediato alertar para o facto de uma das viaturas ali estacionadas se encontrar a arder.

Tratava-se do carro de um meu cunhado, de modelo híbrido, que, não obstante se encontrar desligado, entrara em combustão espontânea e pegara fogo.

(Parece que é frequente nestes modelos... Ouvi depois várias histórias sobre incidentes do mesmo tipo, relativos a veículos híbridos estacionados em garagens subterrâneas de prédios colectivos, que, entrando em combustão espontânea, pegaram fogo ao prédio todo...)

Voltando ao almoço dominical: estava a arder o carro e o incêndio já se propagara à erva seca rasteira do chão do carvalhal.

Vieram os bombeiros, que acabaram por apagar o incêndio – mas a viatura ficou completamente destruída, tendo a temperatura sido de molde a fundir o metal de grande parte dela.

O incêndio durou mais de meia hora, com os cerca de 20 familiares a respeitarem o distanciamento prudente das sucessivas explosões.

Pois bem: nenhum carvalho pegou fogo, apesar da intensidade das chamas e de o incêndio se desenvolver junto do pé das árvores.

Ainda hoje, dois meses depois, igualmente domingo - dia em que escrevo a crónica -, para a primeira reunião prandial após as férias, estive a vistoriar o local do incêndio: nenhuma árvore secou, todas mantendo a folhagem verde própria da espécie e o demais vigor vegetativo.

2 – Os incêndios, numa espécie de fatalidade anualmente renovada, fazem parte da história dos nossos Verões e do início do Outono, ocupando praticamente todo o noticiário televisivo durante esses períodos.

Este ano, não foi, não está a ser, diferente.

Se fôssemos capazes de aprender com os nossos próprios erros, as imagens que nos entram pela casa dentro deveriam servir-nos de escarmento para mudar essa fatalidade.

O que nos é oferecido pelas televisões não é só, nem principalmente, a coreografia do fogo, a percorrer montes e vales, a cercar povoações, a destruir património, a ameaçar as casas e as cortes de gado, as zonas industriais e as hortas e pomares, a saltar de concelho em concelho – tudo oferecido em visão panorâmica pelas televisões, numa exposição excessiva.

É muito mais do que isso: é a confrontação com a desgraça, o medo e o heroísmo de pessoas concretas, são as vidas que são roubadas a quem persiste em defender vidas e bens, seus e alheios – moradores, lavradores, bombeiros –, cenário de dor que nos chega em reportagens de funerais de quem foi imolado pelas chamas.

(Não defendo - Deus me livre! -, qualquer forma de censura à imprensa; mas um repórter que pergunta a uma vítima que acabou de ver a sua casa a arder, ou a sua vinha a ficar carbonizada, o que é que essa pessoa está a sentir, só para preencher de forma barata tempo de televisão, devia mudar de emprego.

Já agora: ninguém explicará aos senhores jornalistas que os incêndios não “se alastram”, uma vez que o verbo alastrar não se conjuga reflexivamente. O incêndio “alastra”, não “se alastra” ...)

Já em 2017, ano da maior desgraça quanto a vítimas mortais de incêndios no que levo de vida adulta, parte substancial do diagnóstico das causas da desgraça era consensual: trata-se de erros de décadas no que respeita ao planeamento e organização da área da floresta no nosso País.

Os pontos fracos estão todos identificados: e um deles é o da escolha das espécies a plantar nas explorações florestais.

A escolha das espécies tem privilegiado em regra a plantação de espécies estranhas ao património florestal autóctone, designadamente o pinheiro bravo e o eucalipto.

Não são espécies que a selecção natural tenha destinado ao nosso país.

As espécies autóctones são predominantemente o carvalho alvarinho e o negral, o sobreiro, o choupo, a faia, o amieiro, o castanheiro...

Mas o pinheiro e o eucalipto crescem mais depressa – e permitem, numa zona de minifúndio, como é o centro e o norte de Portugal, fazer crescer aos escassos rendimentos da população rural do interior um pequeno suplemento proveniente da venda de pinhal e eucaliptal.

3 – Muitos dos meus leitores, designadamente os mais velhos, tinham como livro de leitura obrigatória no liceu “A Cidade e as Serras”, de Eça de Queirós.

O romance trata da saída de Jacinto, o Príncipe da Grã-Ventura, do 202 dos Campos Elísios, em Paris, onde residia, para recolher à Tormes dos seus antepassados, em Santa Cruz do Douro, em Baião, sobranceiro ao Douro, para acompanhar a trasladação das ossadas de alguns desses antepassados – mas onde passou a residir de vez, trocando os luxos da civilização cosmopolita pela simplicidade da vida rural (embora, no caso, vida desafogada).

Nesse retorno à terra dos seus antepassados foi acompanhado por Zé Fernandes, que desempenha o papel de narrador do romance.

A certo passo da narrativa, Jacinto discorre sobre a sua ambição em transformar Tormes num lugar melhor para se viver - e da sua antevisão do que seria essa Tormes do futuro, com parques de árvores frondosas.

Mas Jacinto tem pressa e quer plantar espécies que lhe permitam assistir ainda ao crescimento dos exemplares escolhidos; e inquire Zé Fernandes, nos termos assim descritos no livro:

“No silêncio grave do crepúsculo, que descia, murmurou ainda: - Ó Zé Fernandes, quais são as árvores que crescem mais depressa? - Eh, meu Jacinto... A árvore que cresce mais depressa é o eucalipto, o feíssimo e ridículo eucalipto. Em seis anos, tens aí Tormes coberta de eucaliptos ...”

Feíssimo e ridículo, sem dúvida, e que a natureza não escolheu para Portugal, importado que foi da Austrália; mas escolha generalizada, a par do pinheiro bravo, para ocupação do solo florestal.

4 – A intensidade e os efeitos perniciosos dos incêndios ocorridos no que vai de 2025 tiveram a virtualidade de fazer intervir no espaço público diversos especialistas, não comprometidos com corporações ligadas aos negócios que giram à volta dos incêndios, mas com competência e sensatez para o diagnóstico dos erros e para a proposta de soluções.

Desses contributos retenho duas ou três ideias, que me parecem virtuosas e a que voltarei em próximas crónicas: a ideia de que a regionalização administrativa do território permitiria um muito mais eficaz e mais barato combate aos incêndios florestais, que em regra se propagam por vários municípios, com racionalização de meios e com uma gestão e capacidade de decisão mais próxima das comunidades locais; e a ideia da diversificação das espécies a plantar, criando manchas florestais de árvores de folha caduca, entremeando com zonas de arvoredo de folha persistente.



CASA DO MIMO, BATALHA

Novo CACI já foi inaugurado e tem capacidade para 25 utentes

As instalações de uma antiga escola primária na Batalha é, agora, o novo CACI da Casa do Mimo. Esta é, provavelmente, a melhor prenda para a instituição que, este ano, está a celebrar 10 anos de existência no apoio à inclusão de pessoas com deficiência.

O CACI, localizado na antiga Escola Primária da Batalha n.º 2, na Rua Vila Facaia, tem capacidade para 25 utentes, tendo, para já, 12 frequentadores.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho marcou presença na cerimónia, com a Direção a considerar que “este é o momento

em que reforçamos a esperança de criarmos futuros melhores”.

A Casa do Mimo nasceu da iniciativa de um grupo de amigos, professores e pais perante a necessidade de ocupar os tempos livres de crianças com necessidades especiais, a frequentar a escolaridade obrigatória e para as quais não existia resposta.

Tudo começou em outubro de 2015, quando iniciou atividade, com duas valências: Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), para jovens com mais de 18 anos que funciona a tempo inteiro; Centro de Tempos Livres, para



crianças que frequentam a escolaridade obrigatória.

A Casa do Mimo surgiu com a propósito de ser um espaço de desenvolvimento pessoal e de afetos com ambiente familiar.

PROGRAMA MOBILIDADE SOLIDÁRIA

Candidaturas para aquisição de veículos 100% elétricos abertas até 21 de setembro

Até ao próximo dia 21 de setembro, estão abertas as candidaturas para a nova edição do Programa Mobilidade Solidária, promovido pela Fundação EDP.

Em 2025, o Programa Mobilidade Solidária pretende apoiar entidades do Sector Social Solidário na transição para veículos elétricos, contribuindo para a redução de emissões, a eficiência económica e o reforço da mobilidade em missões sociais.

Podem candidatar-se todas as entidades privadas sem fins lucrativos com sede em Portugal, sendo que o programa apoiará até 20 candidaturas.

O período de candidaturas arrancou no dia 8 e prolonga-se até dia 21 de setembro e a seleção final de projetos aprovados será comunicada até 30 de novembro.

Cada instituição pode apresentar uma única candidatura, com o programa a

disponibilizar um apoio de 15 mil euros para compra, leasing, ALD, renting ou aluguer operacional de um veículo 100% elétrico.

Se o veículo elétrico tiver um valor inferior a 15 mil euros, as instituições podem utilizar o remanescente para compra de bens de apoio ao mesmo. Consideram-se bens de apoio ao veículo elétrico, designadamente, os carregadores domésticos, painéis de produção de energia, cartões de carregamento na rede elétrica e outros produtos relacionados com mobilidade elétrica.

As 20 candidaturas a eleger devem cumprir todos os requisitos previstos no Regulamento do Programa, sendo selecionadas aquelas que obtenham a melhor pontuação com base na aplicação dos seguintes critérios: número de beneficiários diretos; número anual de quilómetros previstos; número de parcerias do projeto;

número de população local impactada; número de respostas sociais para o mesmo público-alvo; percentagem da candidatura financiada com fundos próprios garantidos; percentagem de custos evitados com a utilização do veículo elétrico.

As candidaturas conjuntas são objeto de uma valorização específica.

A Mobilidade Solidária é um programa destinado ao Sector Social Solidário que reforça o compromisso da Fundação EDP de não deixar ninguém para trás no desafio da transição energética.

A mobilidade elétrica é uma das respostas ao compromisso que temos com a sustentabilidade e o combate às alterações climáticas, promovendo soluções práticas e acessíveis para uma transição energética justa.

Na edição anterior, em 2022, a Fundação EDP apoiou 19 carrinhas elétricas por parte de instituições em nove concelhos.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Instituição disponibiliza 12 camas para acolher idosos em situação de alta hospitalar

Prestes a celebrar 490 anos de existência, a Santa Casa da Misericórdia da Calheta tem, a partir deste mês de setembro, 12 novas camas para acolhimento de idosos em situação de alta hospitalar.

“Está em fase de tramitação, entre o Instituto de Segurança Social da Madeira e esta Instituição Particular de Solidariedade Social, um instrumento de cooperação para a resposta social

Estrutura Residencial Para Idosos, que vai garantir a disponibilização de mais 12 camas destinadas ao acolhimento e admissão de idosos em situação de alta hospitalar sinalizados pelo SESARAM”, afirmou a secretária regional Paula Margarido, citada em comunicado.

As situações a terem resposta nas camas agora disponíveis estão sinalizados ao Instituto de Segurança Social da Madeira,

sob a tutela da Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude.

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta oferece as seguintes respostas: ERPI Lar da Estrela, com capacidade para 58 utentes; ERPI Lar Nossa Sra. da Conceição, para 26 utentes; dois Centros Comunitários; Serviço de Apoio Domiciliário (SAD); Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (RRCCI); e Ajuda Alimentar.

URIPSSA – UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DOS AÇORES

Acordos de cooperação para 2025 ainda sem atualização

As instituições do Sector Social Solidário dos Açores continuam sem ver atualizados os acordos de cooperação para o ano de 2025, uma situação que decorre da falta de transferência de verbas do Governo da República para o Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA).

As IPSS e as Misericórdias açorianas continuam, no segundo semestre de 2025, a ser financiadas com valores acordados para o ano de 2024.

João Canedo Reis, presidente da União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA), já havia alertado a CNIS para a situação, no Conselho Geral, que decorreu em Fátima, em Julho. Já na altura, o dirigente açoriano sublinhou a situação difícil das instituições sociais do arquipélago: “Nas IPSS dos Açores, aumentámos o salário mínimo regional [de 861 euros para 913,5 euros], tivemos de fazer face à inflação e aumentámos os demais trabalhadores das instituições. Já há instituições com alguns problemas de sustentabilidade, em particular as mais pequenas, que estão com bastantes dificuldades, tanto que tiveram dificuldades em

pagar o subsídio de férias, e continuam com essa preocupação de todos os meses terem de pagar os ordenados aos trabalhadores e as despesas do dia a dia”.

Com setembro a começar, a mais recente informação que o dirigente tem é da que “o ISSA vai reunir com a Secretaria de Estado da Ação Social e da Inclusão para ver se o Governo Central liberta as verbas para as atualizações dos acordos de cooperação”.

João Canedo Reis destaca que existem cerca de 223 IPSS nos Açores e emprega cerca de seis mil trabalhadores e atira: “Valemos alguma coisa na economia açoriana”.

“Gostaria que o Governo da República não tratasse os açorianos como portugueses de segunda. Neste momento, estamos a ser tratados de maneira que não é correta”, sublinhou o presidente da URIPSSA, lembrando que “para haver equidade, em maio ou junho já devíamos ter recebido com retroativos em janeiro”.

E, segundo o dirigente, a situação a continuar pode agravar-se ainda mais: “Se isto levar mais tempo, qualquer dia temos de pagar

o subsídio de Natal aos trabalhadores e não temos dinheiro para pagá-lo”.

O presidente da URIPSSA deixa ainda uma garantia de apesar das dificuldades não baixar a qualidade.

“Temos uma ótima qualidade de serviço nas IPSS nos Açores e não queremos baixar essa qualidade, nem devemos”, asseverou.

Bento Barcelos, da União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA), reforça as ideias deixadas por Canedo Reis, lembrando que não foi celebrado o Acordo de Base para 2025, “porque o Governo da República não deu orientações para que a transferência de financiamento do orçamento da Segurança Social viesse para a Região”.

“Há aqui um mal-entendido de natureza política que carece de uma solução o mais rapidamente possível”, considera, acrescentando que o valor em falta ronda os 10 milhões de euros.

“O orçamento da Segurança Social, em números redondos, anda por volta dos 42 mil milhões de euros. É um quarto do Orçamento do Estado. É meramente residual”, sustenta.

OBRAS SOCIAIS DE VISEU

Setembro é o Mês Mundial do Alzheimer e a mensagem é: Basta Perguntar

Setembro é o Mês Mundial da Pessoa com Doença de Alzheimer e as instituições que tentam diariamente mitigar os efeitos e consequências da doença desdobram-se em iniciativas.

As Obras Sociais de Viseu e a Alzheimer’s Disease International (ADI) iniciaram o Mês Mundial do Alzheimer com uma mensagem simples: basta perguntar.

Assim, durante o mês de setembro, as Obras Sociais de Viseu participam numa campanha global de consciencialização, em Portugal com hashtags #PergunteSobreAlzheimer e #PergunteSobreDemência, incentivando as pessoas a falarem mais abertamente, procurarem aconselhamento médico mais cedo e conhecerem os factos sobre a demência.

Embora a demência esteja a caminho de se tornar uma das principais causas de morte em Portugal, continua a ser mal compreendida.

Pesquisas mostram que quatro em cada cinco pessoas – e dois terços dos profissionais de saúde – ainda acreditam, erradamente, que a demência é uma parte normal do envelhecimento.

Essa ideia equivocada, somada ao estigma e ao silêncio, atrasa o diagnóstico e bloqueia o acesso a tratamento e apoio, deixando milhões de famílias em dificuldades.

“Apostamos, ano após ano, em iniciativas de combate ao estigma que contribuam para a construção de uma Comunidade Amiga

na Demência. Este ano é muito especial, pois concretizámos o sonho de uma década, abrindo as portas à comunidade do Longevidade: Centro Para a Qualidade de Vida”, afirma José Carreira, presidente das Obras Sociais de Viseu, revelando: “Vamos dar início ao projeto Viseu Comunidade Amiga na Demência, financiado pelo Portugal Inovação Social, que conta com o apoio do município de Viseu e do BPI. Estamos muito entusiasmados com o Espaço ID Memória Futura que, em parceria com a Associação Cultural Intruso, oferecerá, no Fórum Viseu, uma agenda vasta de atividades, entre performances, exposições, colóquios e workshops”.

As Obras Sociais de Viseu e a ADI deixam um apelo a indivíduos, comunidades, profissionais de saúde e da área social e governos para que tomem medidas.

“As conceções erradas e o estigma continuam a ser algumas das maiores barreiras ao diagnóstico, tratamento e cuidados oportunos. Ao fazer as perguntas certas, ouvir pessoas com experiência de vida e partilhar informações precisas, cada um de nós pode contribuir para a criação de sociedades mais solidárias e inclusivas, em relação à demência”, lê-se na nota emitida pelas duas entidades, que termina com um incentivo.

“A mensagem é simples: não se calem!”.

INAUGURAÇÃO

No passado dia 2 de setembro, na presença do presidente da Câmara de Viseu, Fernando Ruas, parceiros e amigos, as Obras Sociais de Viseu inauguraram uma nova resposta para a comunidade: Longevidade. Centro para a Qualidade de Vida.

Esta nova resposta pretende ser mais abrangente e trabalhar em cinco pilares base: Apoio à pessoa com Alzheimer e outras Demências; Envelhecimento Ativo e Saudável; Espaço Família; Formação e Consultoria Especializada; e Bem-estar e Felicidade.

Porque um diagnóstico oportuno será mais facilmente alcançado, através da compreensão dos sinais de alerta da demência, todos devem estar atentos a alguns sinais, como perda de memória, dificuldade para realizar tarefas da vida diária, problemas de linguagem, etc..

José Carreira sublinha “a importância de se conhecer os sinais de alerta e os fatores de risco, associados à demência”.

Nesse sentido, as Obras Sociais de Viseu vão apostar, mais uma vez, em exposições como a «Sinais de Alerta – Alzheimer e outras Demências», em parceria com o município de Viseu, e workshops que informem sobre os fatores de risco a ter em conta para a manutenção de um estilo de vida saudável.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA

RUA DA GARAGEM, N° 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

“MEANINGFUL MEDIA”: A RELAÇÃO DOS PORTUGUESES COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Redes sociais ganham importância no consumo diário de notícias

O consumo diário de notícias através das redes sociais tem aumentado em todas as faixas etárias, mas só os mais jovens colocam as redes sociais no top 5 de meios mais credíveis.

De acordo com a mais recente edição do estudo “Meaningful Media” - realizado pela Havas Media Network para analisar a forma como os portugueses se relacionam com os meios de comunicação e a publicidade -, os canais de televisão aberta continuam a ser os meios mais credíveis em todas as idades, seguidos dos jornais.

Contudo, desde 2023 tem vindo a registar-se uma mudança entre os mais jovens (dos 15 aos 34 anos), com os motores de busca a ganharem terreno em detrimento da rádio e com as redes sociais a entrarem para o top 5 de credibilidade.

Segundo o estudo, “o consumo crescente de conteúdos noticiosos através das redes sociais pode ser um fator determinante

para este aumento de credibilidade”, com “os vídeos virais a tornarem-se, cada vez mais, o prime time dos jovens, não só como fonte de entretenimento, mas também de informação”.

Paralelamente, a tendência de “fuga a notícias” (news avoidance) está a aumentar, “refletindo cansaço face à negatividade e ao contexto de permacrise (crise permanente)”. “Se associarmos este movimento à crescente substituição do jornalismo profissional por criadores de conteúdos digitais, ou jornalistas-influencers, impulsionada por algoritmos, enfrentamos riscos acrescidos de escassez de confiança, potenciados pela desinformação e polarização de opiniões”, alerta.

O trabalho nota que esta tendência de fuga à negatividade surge também entre as marcas, com a publicidade associada a conteúdos jornalísticos a cair 33% entre 2019 e 2024 a nível global e 27% em Portugal, “embora haja

estudos que demonstrem que a presença de publicidade em contextos de elevada credibilidade tem eficácia superior”.

Outra das conclusões do estudo é que a faixa etária dos 15/34 anos é a que mais consome redes sociais, mas também a que menos as usa para consumir notícias (31,7%, contra 49,9% da faixa dos 55/64 anos).

No que diz respeito à forma como as diferentes gerações encaram a publicidade, verifica-se que os mais jovens revelam “menor tolerância face à publicidade”: 54% dos utilizadores dos 15 a 34 anos utilizam adblockers (bloqueadores de anúncios), face a apenas 21% da geração X (nascidos entre 1965 e 1980).

Nesta quarta edição do estudo “Meaningful Media” foram realizadas 600 entrevistas a pessoas residentes em Portugal Continental, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, durante o mês de novembro de 2024.

TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.



Assistência técnica especializada

Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas



tsr PI Plataforma Integrada WEB



tsr UT Utentes



tsr CX Caixas e Pagamentos e Fornecedores



tsr B Bancos



tsr QI Qualidade 3ª Idade



tsr REN Rendas



tsr QJI Qualidade Infância e Juventude



tsr ASS Associados Irmãos



tsr sistemas de informação

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt

apcer
tsr

VOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mais de mil suspeitos detidos no primeiro semestre de 2025

A Guarda Nacional Republicana deteve 767 pessoas suspeitas da prática do crime de violência doméstica no primeiro semestre deste ano, num total de 6.951 casos registados. São ainda dados provisórios, mas a GNR adianta que 692 dos suspeitos detidos eram homens e 75 mulheres.

Em relação às vítimas de violência doméstica no mesmo período, a GNR registou 8.746 pessoas, 6.328 das quais do género feminino, 2.408 do género masculino e “dez de género não especificado”.

A GNR indica ainda que o seu Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) teve este ano um “reforço significativo do efetivo”, que “passou de 137 para 187 militares especializados”.

Além da “necessidade de dar resposta à crescente complexidade e exigência do crime de violência doméstica”, que a força de segurança diz continuar “a constituir uma das mais relevantes áreas de atuação”, o aumento dos efetivos do NIAVE deve-se também à entrada em vigor em 01 de julho de um novo instrumento de avaliação do risco deste crime, a Ficha RVD-R (Risco em Violência Doméstica -- Revisto), adianta. “Esta ficha é um instrumento essencial que visa

aferir o risco de vitimização da vítima no âmbito dos crimes de violência doméstica” e a “atualização representa uma alteração significativa nos procedimentos adotados pelas autoridades, permitindo uma avaliação mais rigorosa e sistematizada dos fatores de risco, promovendo a implementação de medidas de proteção mais eficazes”, refere a informação da GNR.

Acrescenta que a nova versão da Ficha RVD “contempla também outras vítimas especialmente vulneráveis, como crianças e pessoas idosas, reforçando o compromisso com uma resposta mais abrangente e integrada no combate à violência doméstica”.

Lembrando que a violência doméstica é um crime público, sendo a sua denúncia uma “responsabilidade coletiva”, a força de segurança refere que as queixas podem ser apresentadas através do Portal Queixa Eletrónica (queixaselectronicas.mai.gov.pt), do número de emergência 112, nos postos da GNR e das aplicações App MAI112 e SMS Segurança (<http://www.112.pt/Paginas/Home.aspx> e www.gnr.pt/MVC_GNR/Home/SmsSeguranca, respetivamente), direcionadas a pessoas surdas.

Por sua vez, a Polícia de Segurança Pública (PSP) também anunciou ter detido 306



pessoas no primeiro semestre deste ano por suspeita de violência doméstica, período em que foram constituídos 3.404 arguidos pelo mesmo crime.

VIOÊNCIA PSICOLÓGICA, EMOCIONAL E FÍSICA A ADULTOS MAIS VELHOS

As vítimas são maioritariamente mulheres agressores são filhos, noras, genros, cônjuges e curadores

A violência psicológica e emocional representa quase 78% dos casos de violência doméstica contra adultos mais velhos, sendo as vítimas maioritariamente mulheres e os supostos agressores filhos, noras ou genros.

O estudo da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, foi publicado em abril no *Journal of Elder Abuse & Neglect* e tem por base queixas de violência doméstica participadas às autoridades, no distrito do Porto, ao longo de 10 anos (2010-2020).

“A maior parte dos supostos agressores era do sexo masculino (82%) e tinha entre 31 e 50 anos, sendo maioritariamente os filhos, noras ou genros (51%), seguidos pelos cônjuges ou cuidadores. Geralmente, aos agressores mais jovens associa-se mais a violência física ou sexual, mas, neste estudo, encontrou-se uma prevalência mais elevada de abuso psicológico, logo seguido do abuso físico”, descreveu a investigadora Sofia Frazão, docente da FMUP e especialista no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

A investigadora que se tem dedicado a estudar casos de violência contra a população mais velha, tema sobre o qual desenvolveu a sua tese de doutoramento, usou a expressão “séria preocupação”,

recordando que o envelhecimento da população portuguesa está, todos os anos, a aumentar e em causa estão pessoas “às vezes muito vulneráveis que não sabem ou estão incapacitadas de fazer queixa”.

No total, foram analisados 20.841 casos, dos quais 1.415 (6,8%) correspondiam a adultos mais velhos, “uma percentagem que será inferior à realidade, apontando para um número reduzido de queixas por parte das vítimas e de denúncias por parte dos familiares, vizinhos, conhecidos e profissionais”, refere o resumo.

As vítimas são maioritariamente mulheres entre os 65 e os 70 anos, casadas, com baixos níveis de educação e reformadas.

Na maioria das situações, não existia dependência económica das vítimas em relação aos alegados agressores. Neste estudo, um quarto dos casos de violência doméstica sobre os adultos mais velhos tinha um histórico de incidentes prévios.

Para a autora principal do estudo, “esta subnotificação tem diversas explicações, que vão desde as limitações físicas e cognitivas das vítimas ao medo e vergonha de denunciar, bem como a dificuldade e o receio de vários profissionais, incluindo da área da saúde, em diagnosticarem e notificarem as suas suspeitas”.

“Em termos de políticas públicas, o recurso aos media será fundamental para reduzir a estigmatização, nomeadamente o idadismo, e informar e sensibilizar a população para a identificação e comunicação de casos suspeitos. A realização de campanhas e workshops dirigidos à comunidade, mas também às vítimas e agressores, é particularmente importante. Muitos dos agressores poderiam não o ser se tivessem mais suporte social”, sugeriu a investigadora.

Em jeito de apelo aos profissionais de saúde, nomeadamente aos médicos de família, a docente também sugeriu a criação de protocolos para uma avaliação mais correta destes casos.

Sofia Frazão defende que “deverá ser criado, em Portugal, um sistema público integrado que garanta uma intervenção eficaz e humanizada nestes casos”, pede que se pondere a criação de uma comissão de proteção para pessoas mais velhas e mais vulneráveis, e propõe, ainda, o desenvolvimento de mais formação e investigação nesta área para melhor identificar os fatores associados e permitir intervenções na comunidade, sem esquecer a importância do policiamento de proximidade.

Além de Sofia Frazão, participaram neste trabalho Teresa Magalhães e de Paulo Vieira-Pinto, também professores da FMUP.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Tarifas de Trump não vão criar nova ordem de comércio internacional

Ainda não sabemos como vai terminar a saga das tarifas aduaneiras de Donald Trump.

Desde logo porque as tarifas foram contestadas nos tribunais americanos por entidades que se julgam prejudicadas com as mesmas.

Em maio, um tribunal americano de comércio internacional declarou ilegais grande parte das tarifas impostas pela administração Trump, a qual recorreu para um tribunal de apelo.

Recentemente a decisão do tribunal de apelo confirmou, por sete votos contra quatro, que a administração americana não tem autoridade para usar poderes económicos de emergência para impor tarifas de importação discricionárias e que, como tal, são ilegais.

Contudo, o tribunal de apelo também decidiu não obrigar a retirar as tarifas em vigor até que a administração recorra para o supremo tribunal onde, no plano jurídico, a questão deverá ser finalmente esclarecida.

Embora seja certo que existe atualmente uma larga maioria de juizes ultra conservadores no supremo tribunal, é tudo menos garantido que a administração Trump tenha, a este nível, ganho de causa. Saberemos em breve.

De alguma forma a questão jurídica é uma distração.

O que conta verdadeiramente é a intenção da atual administração de criar uma nova ordem de comércio internacional que substitua a atual, ou seja, a que resultou dos consensos forjados nas últimas décadas e que os Trumpistas consideram que prejudica a América. A administração Trump prometeu fazer 90 acordos de comércio em 90 dias, ameaçou tudo e todos com as mais terríveis consequências para os que não aceitassem negociar novos tratados de comércio em termos mais favoráveis para os Estados Unidos.

A verdade é que os 90 dias já lá vão e, por junto, o que Trump conseguiu foram acordos preliminares e genéricos (verdadeiros tratados de comércio levam anos a fechar) com o Reino Unido, a União Europeia, o Japão, a Coreia do Sul, a Indonésia, as Filipinas, o Paquistão, a Malásia, a Tailândia e o Vietnã, os quais, no total, poderão representar 40% do comércio do tio Sam.

Por resolver estão os casos quantitativamente e politicamente mais bichados como sejam a China (está em vigor um período de tréguas para permitir negociações), o México, o Canadá e, mais

recentemente, eclodiu um conflito algo estranho com a Índia que está temporariamente sujeita a um regime de 50 % de direitos de importação.

Mesmo os acordos preliminares e genéricos que estão em vigor valem menos que o papel em que foram escritos. Basta que um dia destes, um qualquer motivo, eventualmente fútil, mas de conveniência política imediata, leve Donald Trump a dizer que as regras afinal são outras. Veja-se a propósito o que aconteceu com a Índia que, com base no argumento de que compra petróleo à Rússia, foi subitamente sujeita a um regime especial de tarifas claramente punitivas. Curiosamente a China importa muito mais petróleo russo do que a Índia, mas, até ver, os chineses estão absolvidos do pecadilho. Como diz o povo, forte com os fracos, fraco com os fortes.

Mas vamos ser generosos e admitir que os acordos preliminares e genéricos que já foram rubricados são para levar a sério. Indicia o que já se viu uma qualquer ordem nova? Um mundo novo, essencialmente diferente, em que, segundo a visão distópica dos populistas, a América seja finalmente respeitada pelos parceiros comerciais?

De todo!

Excluindo o aço e o alumínio (ainda um dia terei de perceber esta obsessão dos ditadores e dos candidatos a ditadores pelos metais básicos), que vão continuar a ter direitos de importação mais elevados, do que temos visto, nos acordos que já estão “celebrados”, as tarifas genéricas andam na casa dos 10/15%, com muitas exceções pelo meio, isenções de um lado e do outro (a isenção sobre a cortiça, por exemplo, é muito positiva para Portugal) e pormenores, que são “pormenores”, como a obrigação de investimentos massivos nos Estados Unidos, sobre os quais as interpretações das partes são completamente divergentes.

É verdade que as tarifas atualmente em vigor são bem mais elevadas do que as do passado recente, contudo, é duvidoso que sejam suficientes para uma qualquer reorientação massiva das rotas do comércio internacional.

Mesmo uma tarifa de 15% pode, em determinadas circunstâncias, ser absorvida pelo sistema sem grandes disrupções quer na América quer no resto do mundo.

As empresas que exportam para os Estados Unidos têm interesse em segurar a sua quota de mercado e estarão naturalmente dispostas a

prescindir de um pouco das suas margens. Se, como é expectável, a moeda dos exportadores desvalorizar ainda que marginalmente em relação ao dólar o sacrifício de margem pode até não ser muito grande. Os distribuidores americanos dos produtos importados também têm interesse em manter o negócio e também poderão aqui e ali fazer algum sacrifício de margem. Finalmente os consumidores americanos acabarão por pagar o essencial da fatura na forma de produtos importados mais caros.

A ideia que Donald Trump vendeu aos americanos de que as tarifas serão pagas pelos estrangeiros é completamente absurda. Embora não seja possível avaliar quantitativamente o sacrifício de margem pelos exportadores (nos casos em que exista!), essa será a única parte das tarifas “paga” por não residentes. Como é óbvio o grande peso das tarifas será suportado pelos consumidores americanos sob a forma de preços mais altos. Na prática as tarifas vão funcionar como um imposto indireto sobre o consumo.

Acredito que veremos muito poucos casos em que empresas decidam mudar a produção para os Estados Unidos para evitar as tarifas, como também não serão muitas as situações em que exportadores deste nosso vasto mundo “desistam” do mercado americano e procurem outras paragens mais previsíveis para colocar os seus produtos. A economia americana continua a valer cerca de um quarto da economia global e o seu mercado interno é demasiado importante para muitas empresas...

Se um dia a poeira assentar – o que não podemos dar por garantido enquanto os Estados Unidos forem governados por um lunático narcisista e ignorante – o que veremos é um mundo em que eventualmente o comércio internacional com a América diminua um pouco, um deficit comercial americano que vai mudar apenas marginalmente e, para desgraça de todos, uma economia global a crescer um pouco menos do que seria possível em circunstâncias mais avisadas.

Como diz um poema da bíblia não há nada de novo debaixo do sol. Já vimos este filme há cerca de cem anos e os resultados foram desastrosos. Felizmente, até ver, ninguém pensou em retaliações massivas e abrir uma guerra comercial em que todos saíam a perder.

Façamos figas para que assim continue.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 🚚

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
UISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Pour la musique...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Estudo do Global Media Monitoring Project revela que as mulheres são “metade do mundo, um quarto das notícias”

Apenas um em cada quatro sujeitos ou fontes de notícia em todo o mundo é uma mulher, conclui um estudo, assinalando que a presença feminina na informação tem aumentado, mas lentamente, nas últimas três décadas.

Segundo o mais recente relatório do Global Media Monitoring Project (GMMP), que se realiza a cada cinco anos, as mulheres registaram em 2025 uma presença de 26% nas notícias de jornais, televisão, rádio e digital - apenas mais um ponto percentual do que no anterior relatório, de 2020.

“Metade do mundo, um quarto das notícias” foi o título escolhido pelo GMMP - iniciativa da organização não-governamental World Association for Christian Communication - para o lançamento da sétima edição do mais antigo retrato sobre a representação das mulheres nos media realizado em todo o mundo.

Em 1995, quando o GMMP fez o primeiro relatório, a presença feminina cifrou-se em 17%, apenas nove pontos percentuais atrás do presente, o que leva Rita Basílio, coordenadora do relatório realizado em Portugal, a assinalar “um ritmo [de evolução] extremamente lento”.

Mesmo os meios digitais, onde se regista uma percentagem de representação feminina ligeiramente superior (28%), têm estabilizado, pois já era esse o número em 2020.

Em termos temáticos, as notícias de ciência e saúde são aquelas onde a presença feminina tem crescido de forma mais significativa, atingindo os 36% em 2025.

Já a informação sobre política e governo “ainda reflete uma significativa exclusão”, reflete Rita Basílio. Aqui, a percentagem de mulheres fica-se pelos 22%, ainda que partindo de uns residuais 7% em 1995.

A coordenadora nacional destaca ainda que o relatório deste ano desdobrou o tema cultura e desporto em duas partes, permitindo revelar o contraste entre 43% de mulheres em áreas com celebridades, artes e media e apenas 15% em desporto.

Além do número em si, o relatório olha para o estatuto dos sujeitos de notícia, ou seja, em que papel são ouvidos. Ora, as mulheres continuam mais visíveis como pessoas comuns, falando da experiência pessoal (43%) ou enquanto opinião popular (46%), e menos como porta-vozes (23%) ou especialistas (23%) - neste último caso uma descida face aos 24% registados em 2020.

Estes dados - assinala Rita Basílio - revelam que a voz das mulheres “continua a ser minoritariamente reconhecida em posições de poder e

conhecimento, o que limita a diversidade de perspetivas no debate público e perpetua a reprodução de estereótipos de género”.

Ora, isto acontece quando se verifica uma cada vez maior presença de mulheres nas redações: em 1995, apenas 28% das notícias eram assinadas por mulheres, número que cresceu para 41% em 2025 (43% no caso dos meios digitais).

A coordenadora da Secção de Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra conclui, por isso, que “a presença de mulheres nas redações é importante, mas não é uma garantia de mudanças estruturais”. E acrescenta que “o conteúdo transformador continua a ser residual, considerando que apenas 2% das notícias desafiam estereótipos de género e somente 8% destacam tópicos relacionados com igualdade ou desigualdade de género”.

Perante este cenário, a professora universitária e investigadora realça que “apenas boas intenções não bastam” e que “são necessárias políticas editoriais explícitas para acelerar a mudança”.

Os resultados do GMMP mostram que “a igualdade não é uma conquista automática do tempo, mas o fruto de escolhas deliberadas”, nota, apelando ainda a “mecanismos de monitorização contínua e investimento consistente em formação com perspetiva de género para jornalistas”.

Os resultados dizem respeito apenas ao contexto global, cabendo a cada país divulgar o que apurou a nível nacional.

No caso de Portugal, a divulgação dos dados - que incluirá a análise de notícias produzidas pela agência Lusa - está prevista para outubro/novembro.



D.R.

Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele